



Instituto Politécnico de Beja
Escola Superior de Educação
Mestrado em Desenvolvimento Comunitário
e Empreendedorismo



Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O
caso do Programa Eco-Escolas no IPBeja

Elisa Raquel Santana Nicha n.º 16189

Beja
2023

Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBeja

Dissertação de mestrado apresentado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja

Elaborado por:

Elisa Raquel Santana Nicha n.º 16189

Orientado por:

Professora Doutora Maria Inês de Campos de Sousa Faria

Beja

2023

Agradecimentos

No final de mais uma etapa da minha vida, agradeço às pessoas que contribuíram para a realização deste estudo, direta e indiretamente.

À minha família por toda a força e dedicação e por toda a ajuda que me deram ao longo destes anos. Obrigada!

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Inês Faria, pela orientação, disponibilidade, acessibilidade, exigência de método e rigor, pela revisão crítica e comentários, esclarecimentos, opiniões e sugestões, pela cedência e indicação de alguma bibliografia relevante para a temática em análise, pelos oportunos conselhos, pela simpatia demonstradas, e por toda a ajuda que me deu ao longo deste ano, Obrigada!

Ao Luís à pessoa mais importante da minha vida, por todo o apoio prestado, por me incentivar a ir sempre mais além e por acreditar sempre em mim e nas minhas capacidades, por ser a pessoa que fez com que tudo isto seja possível, o meu muito obrigada!

Resumo

Nos dias de hoje, a educação para o desenvolvimento sustentável, começa cada vez mais a ter destaque. Começa-se desde a escola primária a abordar as questões sustentáveis e não deixa de ser importante continuar a abordar nas instituições de ensino superior, até porque a educação para o desenvolvimento sustentável é a promotora dos princípios de sustentabilidade.

A presente dissertação de mestrado visa, conhecer o caso do Programa Eco-Escolas no Instituto Politécnico de Beja, procurando saber como o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Escolar.

Para a realização do estudo, foram abordados vários temas, como por exemplo, o desenvolvimento sustentável, a educação para o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior e o Programa Eco-Escolas no Instituto Politécnico de Beja.

Para compreender a temática, recorreu-se a entrevistas aos professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica, que permitiram obter a informação necessária sobre saber como é que o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável.

Com esta investigação conclui-se que era importante a criação de um gabinete para a sustentabilidade no IPBeja de forma a criação de novas estratégias e auxiliar o PEE no politécnico.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Programa Eco-Escolas.

Abstract

In today's world, education for sustainable development is increasingly gaining prominence. Sustainable issues are being addressed from primary school level, and it remains important to continue addressing them in higher education institutions, as education for sustainable development promotes sustainability principles.

This master's dissertation aims to explore the case of the Eco-Schools Program at the Polytechnic Institute of Beja, seeking to understand how the Eco-Schools Program at the Polytechnic Institute of Beja contributes to the Sustainable Development of the School Community.

Various topics were addressed in this study, such as sustainable development, education for sustainable development, sustainability in higher education institutions, and the Eco-Schools Program at the Polytechnic Institute of Beja.

To comprehend the subject, interviews were conducted with the responsible teachers from each academic unit, which provided the necessary information on how the Eco-Schools Program at the Polytechnic Institute of Beja contributes to Sustainable Development.

This research concludes that the establishment of a sustainability office at IPBeja is important to create new strategies and assist the Eco-Schools Program at the polytechnic.

Keywords: Sustainable Development; Education for Sustainable Development; Eco-Schools Program.

Lista de Siglas

ABAE- Associação Bandeira Azul da Europa

ADENE- Agência para a Energia

AFN- Autoridade Florestal Nacional

AIU- Associação Internacional das Universidades

APA- Agência Portuguesa de Ambiente

CMMAD- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUAH- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano

DEDS- Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

DRAM- Direção Regional de Ambiente da Madeira

DRE- Direções Regionais de Educação

EDS- Educação para o Desenvolvimento Sustentável

ENEA- Estratégia Nacional de Educação Ambiental

ESA- Escola Superior Agraria

ESE- Escola Superior de Educação

ESS- Escola Superior de Saúde

ESTIG- Escola Superior de Tecnologia e Gestão

EUA- Estados Unidos da América

FEE- Fundação para a Educação Ambiental

GHESP- *Global Higher Education for Sustainability Partnership*

ICNB- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

IES- Instituições de Ensino Superior

INAG- Instituto da Água

INAG- Instituto da Água

IPBeja- Instituto Politécnico de Beja

ODM- Objetivos do Milénio

ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OIUDSMA- Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

ONG- Organização não governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PEE- Programa Eco-Escolas

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRME- Princípios para a Educação em Gestão Responsável

RCS-PT- Rede Campus Sustentável- Portugal

SRAM- Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores

ULSF- A Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável

UNCED- United Nations Conference on Environment and Development

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Índice

Introdução	10
Parte I- Enquadramento teórico da Investigação	12
1.1- Desenvolvimento Sustentável	12
1.1.1- Educação para a Sustentabilidade	18
1.1.2- Agenda 2030- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	22
1.1.3- A sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior	25
1.1.3.1- Rede Campus Sustentável.....	34
1.2- O Programa Eco-Escolas.....	36
1.2.1- Enquadramento e metodologia do Programa Eco-Escolas.....	36
1.2.2- O Programa Eco-Escolas no Instituto Politécnico de Beja.....	45
Parte II- Estudo Empírico	48
1- Problemática e sua Contextualização.....	48
2- Questões e Objetivos da investigação	48
2. Caracterização dos Participantes/ Amostragem do Estudo	50
3. Cronograma.....	51
4. Metodologia de Investigação	51
5. Técnicas de Recolha de Dados	53
5.1- Análise Documental	54
5.2- Inquérito por Entrevista.....	54
6. Técnicas de análise e tratamento de Dados	56
7. Análise dos resultados	58
8. Discussão dos resultados	62
Parte III- Projeto de Intervenção	67
1- Projeto de Intervenção.....	67
2- Objetivos da Intervenção.....	67
3- Destinatários	68
4- Local de Realização.....	68
5- Parceiros.....	68
6- Planificação	68
7- Duração do Projeto	69
8- Avaliação	70
Conclusão	71
Referências Bibliográficas	73
APÊNDICES	80

Apêndice I-Email enviado à Presidência do Instituto Politécnico de Beja	81
Apêndice II-Pedido de entrevista enviado por email aos Professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica	83
Apêndice III-Consentimento Informado.....	85
Apêndice IV- Guião de Entrevista aos professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica.....	87
Apêndice V- Inquérito por questionário aos estudantes que participam no PEE⁹¹	
Apêndice VI- Grelha de análise de conteúdo das entrevistas realizadas	101

Índice de Figuras

Figura 1- Os três pilares do Desenvolvimento	15
Figura 2- Objetivos do desenvolvimento sustentável	23
Figura 3- Áreas dos objetivos do desenvolvimento sustentável	24
Figura 4- Esquema síntese da metodologia geral do PEE seguida a nível da escola e pela ABAE.....	40
Figura 5- Metodologia dos 7 passos do Programa Eco-Escolas	41
Figura 6- Guia de auditoria ambiental	42
Figura 7- Mapa do IPBeja.....	47

Índice de Tabelas

Tabela 1- Eventos e iniciativas importantes para a evolução do conceito de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.....	17
Tabela 2- A ONU e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (1972-1992)	25
Tabela 3- Cronograma.....	51
Tabela 4- Modelo de análise.....	55
Tabela 5- Grelha de planificação das atividades para o Projeto de Intervenção	69

Introdução

Por volta da década de 60, início da década de 70, começaram a surgir diferentes ideias sobre as políticas ambientais, na sequência destas ideias/preocupações, surgiram os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, como sendo um contributo teórico para a resolução das preocupações, mas como garantia o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Em 1972 realizou-se a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (CNUAH), que resultou a Declaração de Estocolmo, em 1987 foi publicado o Relatório de Brutland pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que foi o grande promotor da divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável.

As IES (Instituições de Ensino Superior) têm um papel fundamental enquanto entidades que transmitem o conhecimento através do ensino e da investigação e pelo grande contributo que exercem na formação de pessoas que irão desempenhar cargos importantes na sociedade. Neste sentido, as IES têm um papel de destaque no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade, sendo por isso necessário estudar como é que o Instituto Politécnico de Beja promove a Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas 4 Unidades Orgânicas.

A presente dissertação surge no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo no Instituto Politécnico de Beja, intitulado por "Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBEJA".

Neste sentido, o projeto de investigação, está subdividido em três partes fundamentais, o Enquadramento Teórico, que encontra-se estruturado em duas secções: a primeira secção debruça-se sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, sobre alguns acontecimentos e iniciativas que deram grandes contributos para a evolução dos conceitos; a Agenda 2030, onde são apresentados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; a Educação para a Sustentabilidade, onde também são apresentados alguns conceitos; a

Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior, onde são apresentados documentos que conduziram à EDS nas IES. Na segunda secção incide sobre o Programa Eco-Escolas, com o enquadramento e a metodologia do Programa e a contextualização do Programa no IPBeja.

A segunda parte está dedicada ao Estudo Empírico, que constitui a componente mais importantes deste trabalho, uma vez que é enunciado o modelo de investigação escolhido para esta investigação, juntamente com a questão de partida, sendo esta: “Em que medida o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja promove a Educação para o Desenvolvimento Sustentável?”

O estudo centra-se, em saber como o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Escolar pretendendo dar resposta aos seguintes objetivos de estudo:

1. Conhecer a perceção da comunidade académica do IPBeja sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
2. Averiguar sobre a implementação da metodologia dos 7 passos do PEE no IPBeja.
3. Analisar as potencialidades e os constrangimentos do PEE do IPBeja da implementação dos ODS nas Instituições de Ensino Superior.
4. Identificar o desenvolvimento de competências dos estudantes que participam no PEE.

Para a obtenção de informação, recorreu-se às técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados que no presente estudo é composto por inquéritos aos alunos que participaram/participam no Programa Eco-Escolas e entrevistas aos professores responsáveis de cada Unidade Orgânica do Instituto Politécnico de Beja.

Na terceira parte, o Projeto de Intervenção, cujo o objetivo fulcral é a criação de um gabinete da sustentabilidade no IPBeja que o mesmo poderá ser posto em prática no futuro no politécnico.

Por fim, são analisados os dados e posteriormente é feita a relação entre a teoria e a prática, e a apresentação do projeto de intervenção e as conclusões do estudo.

Parte I- Enquadramento teórico da Investigação

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o enquadramento teórico que consiste na sistematização dos conceitos chave de uma investigação. Este é essencial de qualquer trabalho de investigação e permite orientar o investigador para as pesquisas a realizar.

O capítulo encontra-se estruturado em duas secções: a primeira secção debruça-se sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, sobre alguns acontecimentos e iniciativas que deram grandes contributos para a evolução dos conceitos; a Agenda 2030, onde são apresentados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; a Educação para a Sustentabilidade, onde também são apresentados alguns conceitos; a Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior, onde são apresentados documentos que conduziram à EDS nas IES. Na segunda secção incide sobre o Programa Eco-Escolas, com o enquadramento e a metodologia do Programa e a contextualização do Programa no IPBeja.

1.1- Desenvolvimento Sustentável

Antes de se abordar o conceito de desenvolvimento sustentável é necessário falar também de desenvolvimento comunitário.

O Desenvolvimento Comunitário segundo Ander-Egg (1980, p.69 cit. por Oliveira, 2015, p.15) é definido como uma técnica escolhida a partir do homem com o propósito de planificar uma intervenção social com o apoio dos recursos humanos ou institucionais de forma a poder concretizar os objetivos que foram traçados. Para a promoção de melhoria da qualidade de vida das comunidades é importante a participação de uma população ativa.

O desenvolvimento comunitário pretende que haja empenho/motivação por parte da comunidade para que se resolva uma necessidade, onde é importante haver uma participação por parte de todos, até é possível que se trabalhe em rede e parceria até com entidades locais (por exemplo a Câmara Municipal, Junta de

Freguesia). O objetivo primordial deve ser sempre direcionado para a mudança, e é importante não esquecer de referir que devemos de ouvir as opiniões de todos e respeitar, para que haja justiça social, satisfazendo as necessidades de todos.

O desenvolvimento comunitário possui cinco princípios como estratégias: 1. A carência, deve consistir na consciencialização dos técnicos de forma colmatar as necessidades sentidas pela população; 2. Comunicação, parte da necessidade da população que preserva o método para o seu desenvolvimento; 3. Cooperação, está relacionada aos projetos no que concerne ao Desenvolvimento Comunitário, através da colaboração entre os dois sectores, o público e privado; 4. Autossustentação, que apoia os processos para uma mudança estável de forma a não causar danos à população-alvo, oferecendo mecanismos que possam prevenir possíveis mudanças; 5. Globalidade é o que referencia o sucesso do projeto do Desenvolvimento Comunitário, verificado através de um maior número de população. (Carmo. H, 2001.p.6)

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tem sido debatido na literatura, pelo que é necessário apresentar algumas definições de autores que se debruçaram sobre este tema.

O conceito de sustentabilidade é hoje uma das palavras mais utilizadas na linguagem científica e nas ciências do ambiente, a ideia de desenvolvimento sustentável é uma das mais importantes ideias do nosso século (Freitas, 2006).

O desenvolvimento sustentável pressupõe a preocupação tanto do presente, como a qualidade de vida das gerações futuras, a proteção dos recursos, implementando fatores de coesão social e equidade, garantindo assim um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas.

Por volta da década de 60, início da década de 70, começaram a surgir diferentes ideias sobre as políticas ambientais, nomeadamente sobre o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge na sequência da publicação do Relatório do Clube de Roma, constituído por cientistas, académicos, políticos, empresários, financeiros e religiosos foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Estes cientistas tiveram

como principal objetivo tratar problemas fundamentais para o futuro da humanidade, nomeadamente, problemas relacionados com a energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. Intitulado “Os Limites do Crescimento” teve como objetivo perceber a dificuldade dos desafios da humanidade e de levar a debate público o impacto da poluição e da atividade humana nas gerações futuras. (Araújo et al., 2006).

Em 1798 de acordo com Barkemeyer et al. (2014), podem encontrar-se as primeiras referências à problemática do desenvolvimento sustentável no “Ensaio sobre o Princípio da População e o seu Efeito no Desenvolvimento Futuro das Sociedades” de Robert Thomas Malthus. Esta questão foi também abordada por outros autores noutros contextos, que mesmo não tendo uma definição já era considerada pertinente.

O conceito de desenvolvimento sustentável é apresentado no Relatório “Our Common Future”, elaborado pela Comissão de Brundtland (CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.¹), em 1987, em que Brundtland define desenvolvimento sustentável como sendo um modelo de desenvolvimento que visa dar resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras que devem dar resposta às suas próprias necessidades. Este relatório encontra-se dividido em três secções: preocupações comuns, desafios comuns e esforços comuns (Ribeiro, 2017).

Segundo Schmidt (et al., 2010) o conceito de desenvolvimento sustentável surge para promover uma maior justiça na disponibilização e gozo dos recursos naturais entre povos e grupos sociais e também assegurar a satisfação das necessidades das gerações presentes sem que possam comprometer as gerações futuras.

O conceito esteve em constante discussão quanto ao seu significado e quanto às medidas que seriam necessárias para alcançá-lo. Cordani (1995) considera que o desenvolvimento sustentável “o que pretende é alcançar uma situação ideal de justiça social para a humanidade, na qual o desenvolvimento

¹ [Nosso Futuro Comum.pdf \(usp.br\)](#)

socioeconômico, em bases equitativas, estaria em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra.” (Cordani, 1995, p.14)

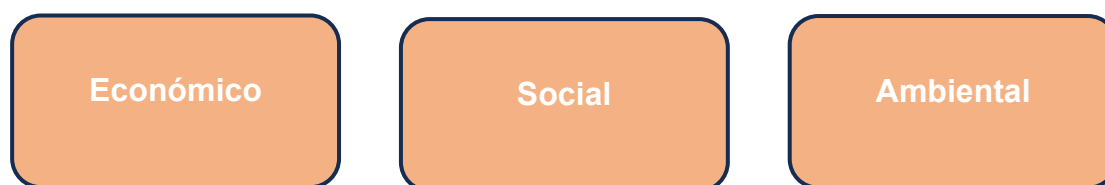
Bell e Morse (2008, p. 10) apresentam as seguintes definições de desenvolvimento sustentável:

- “Development that meets the needs of current generations without compromising the ability of future generations to meet their needs and aspirations. (WCED, 1987).”
- “Development that improves the quality of human life while living within the carrying capacity of supporting ecosystems. (IUCN, 1991)”

Para Sachs (2015, p. 1) “Sustainable development is a central concept for our age. It is both a way of understanding the world and a method for solving global problems.”

Já Feil e Schreiber (2017) consideram que o desenvolvimento sustentável pode agregar três tipos de interesses que estejam em simultâneo e em equilíbrio, nomeadamente aspetos ambientais, económicos e sociais e que “a sustentabilidade compreende um equilíbrio e as interações mútuas entre o objeto e seu ambiente de apoio, sem efeitos prejudiciais a ambos.” (Feil e Schreiber, 2017, p. 647).

Figura 1- Os três pilares do Desenvolvimento



Dimensão ambiental: “os recursos naturais devem ser conservados e geridos, especialmente os que não são renováveis ou são fundamentais ao suporte de vida. Para tal, devem ser implementadas ações para minimizar os impactos negativos no ar, na água e no solo, preservar a biodiversidade, proteger e melhorar a qualidade do ambiente e promover a produção e consumo responsáveis. (BCSD Portugal. s.d.)

Fonte: BCSD Portugal s.d. Disponível em: <https://bcsdportugal.org/sustentabilidade/> Acedido a 11/04/2023

Dimensão social: os direitos humanos e a igualdade de oportunidades de todos os indivíduos na sociedade devem ser respeitados. Promover uma sociedade mais justa, com inclusão social e distribuição equitativa dos bens com foco na eliminação da pobreza é imperativo. A diversidade cultural das comunidades locais também deve ser reconhecida e respeitada, evitando toda e qualquer forma de exploração. (idem).

Dimensão económica: refere-se à prosperidade em diferentes níveis da sociedade e à eficiência da atividade económica, incluindo a viabilidade das organizações e das suas atividades na geração de riqueza e na promoção de emprego digno.” (idem).

Para que a sustentabilidade possa ser alcançada, é fundamental conjugar o crescimento económico, a inclusão social e a proteção ambiental. “Ao considerar as suas 3 dimensões será possível alcançar a harmonia entre a economia, a sociedade e a natureza, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, promover a solidariedade entre gerações e a corresponsabilização e solidariedade entre países.” (Schutte, 2009, cit. Cravo 2018, p. 2).

A Cimeira da Terra deu origem a seis documentos importantes: Declaração Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Princípios da Floresta, Quadro para a Convenção sobre as Alterações Climáticas, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Convenção de Combate à Desertificação e, finalmente, a Agenda 21 (Ribeiro, 2017).

No ano de 2002, deu-se a Conferência de Joanesburgo –Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Foi neste âmbito que o conceito sofreu uma ligeira alteração. “A Declaração final da Conferência abraça aqueles três “pilares do desenvolvimento sustentável – desenvolvimento económico, desenvolvimento social e proteção ambiental” (United Nations, 2002, cit. Ferreira e Raposo, 2017, p. 128).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi o que recebeu maior aceitação a nível internacional, tendo sido adotado por várias organizações e governos, atenção por parte dos media e, mais recentemente, também nas empresas. No espaço de uma década, este conceito teria sido acolhido a nível social e político,

sendo que na mudança de século XIX para XX uma grande parte dos cidadãos europeus e norte-americanos dizia-se ligado a causas ambientais (Ribeiro, 2017).

Descrevem-se em seguida alguns eventos e iniciativas que deram importantes contributos para a evolução dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Tabela 1- Eventos e iniciativas importantes para a evolução do conceito de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

1972	Clube de Roma, publicação do Livro “Limits to Growth
1972	1.ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Estocolmo
1983	Assembleia Geral das Nações Unidas, “Agenda Global para a Mudança”
1987	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Our Common Future
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro
1996	Conferência de Bellagio
2000	Carta da Terra, publicada em 13 de setembro
2002	Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Joanes-burgo
2003	Assembleia Geral das Nações Unidas, Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
2012	Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
2015	Organização das Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaboração própria

O desenvolvimento sustentável da comunidade é condicionado diretamente por fatores que dependem do próprio indivíduo e da comunidade em si. O caso dos aspetos psicológicos e culturais do indivíduo, das suas capacidades, ações e atitudes, da cultura da comunidade e do seu potencial de desenvolvimento, bem como da sua capacidade de identificar oportunidades conduz à criação de emprego (Grisi, 2008, cit. AIRO,2012).

Segundo o Plano Internacional de Implementação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) o conceito de sustentabilidade está relacionado com as formas que se pensa o mundo e as práticas pessoais e sociais que levam:

- “indivíduos éticos, capacitados e realizados pessoalmente;
- comunidades construídas com base no engagement colaborativo, tolerância e equidade;
- sistemas e instituições sociais participativas, transparentes e justas;
- práticas ambientais que valorizam e sustentam a biodiversidade.” (Hill et al. 2004, p.3).

1.1.1-Educação para a Sustentabilidade

É necessário assegurar uma melhoria da qualidade de vida, para nós e para as gerações futuras, temos que tomar atitudes responsáveis, tendo em conta que as nossas ações negativas de hoje terão consequências catastróficas para o planeta terra. Como seres humanos devemos procurar mudanças positivas para todos. “A educação para o desenvolvimento sustentável é um esforço vital e eterno que desafia indivíduos, instituições e sociedades a olhar para o dia de amanhã como um dia que pertence a todos nós ou não pertencerá a ninguém.” (UNESCO, 2005, p. 25).

No seguimento da conferência de Estocolmo em 1992, a UNESCO criou a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), 2005-2014, que permitiu a realização de iniciativas, documentos e orientações de apoio para a implementação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Começou-se a verificar que alguns autores substituíram a expressão “Educação Ambiental” por “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” em particular depois da DEDS (Schmidt et al., 2010).

O conceito de EDS reforça a ligação entre as atitudes e comportamentos para com o ambiente, os direitos humanos, a justiça social e a equidade seja ela inter ou intra, com uma perspectiva de abordagem multidisciplinar e de uma evolução de Educação Ambiental para Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Podemos considerar as características da Educação para o Desenvolvimento Sustentável:

- Interdisciplinaridade – as abordagens direcionadas para a EDS não podem ser direcionadas a uma disciplina nem em matéria, nem como um conteúdo separado, mas sim como um todo.
- Uso e a aplicação de diferentes estratégias e métodos – através de aprendizagem por projetos, resolução de problemas, estudo de caso, texto, arte, drama, debate, experiências e experimentos, entre outros.
- Aplicável local e globalmente – com experiências de ensino e aprendizagem devem ser incluídas no cotidiano de cada indivíduo e estar relacionada com a vida local e perceber que as ações locais podem ter efeitos globais.
- Promoção da aprendizagem ao longo da vida – articulação com outras iniciativas de teor educativo, nomeadamente: Educação para Todos, Educação ou Literacia Científica e Educação para a Literacia.
- Envolvimento da educação formal e não formal – a EDS deve se envolver na educação formal, assim como na educação não-formal ou informal (UNESCO, 2005, p. 19).

A educação para a sustentabilidade é considerada o objetivo principal na formação dos cidadãos, requerendo para isso um conjunto de ações educativas que mudem os hábitos e as concepções dos indivíduos, para que seja possível alcançar uma sociedade sustentável (Gil e Vilches, 2006). Torna-se, assim, urgente lembrar os apelos lançados nas cimeiras e conferências que atrás foram referidas, para que se possa alcançar um compromisso de uma educação, tanto ao nível formal como não formal, sendo esta a forma para se proporcionar aos indivíduos atitudes e comportamentos para a construção de um desenvolvimento sustentável.

Para a EDS encontram-se alguns desafios: “ensinar valores como ‘cooperação’ quando a consecução individual é a principal motivação; explicar o conceito de ‘interligação’ quando as disciplinas são comparti mentalizadas; praticar a aprendizagem experimental numa sala de aula.” Constitui-se assim, um grande desafio para o ensino pois pressupõe-se abordagens flexíveis do currículo e transdisciplinaridade (Carlos e Santos, 2010 cit. Magalhães, 2014).

A educação ambiental, que “fundamentalmente virada para a consciencialização, motivação, explicação de fenómenos relacionados com o homem e com o crescimento económico” (Fenrinha, 2011 pág.13), e a EDS é mais abrangente, mas “é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável”.

Desta feita, salienta-se que “a Educação Ambiental/EDS e a Cidadania são, assim, dois polos fundamentais para uma sociedade mais consciente e participativa” (Fenrinha, 2011 pág.25).

Para concluir a EDS propõe que se faça um esforço global para se fortalecer as atitudes, valores e ações para que sejam ambientalmente saudáveis e que fortaleça o desenvolvimento sustentável através da promoção do ensino.

A discussão sobre a educação como sendo um direito universal adquire um peso na globalização da informação, da economia e da cultura, segundo Gadotti (2005) foi no final do século XX que a globalização deu impulso à ideia de uma educação igual para todos.

Já Cascais (2014) refere que não basta que as pessoas acumulem no começo da vida uma quantidade de conhecimentos, mas que devem aproveitar todas as oportunidades para “atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos”, levando à mudança. A proposta da Comissão Internacional sobre educação é que a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”, sendo assim, a educação apresenta-se em diferentes conceitos e na contribuição dos diversos espaços educativos onde ocorrem: a educação não formal, informal e formal para a prática educativa.

A educação não formal ocorre fora do espaço escolar, ou seja, onde o indivíduo interage e é pouco assistida pelo ato pedagógico e desenvolve uma grande variedade de atividades relacionadas com os interesses de determinados grupos; a educação informal é o resultado das ações que penetram a vida do indivíduo, que ocorre nas experiências do dia-a-dia, os conhecimentos são passados para as gerações futuras; a educação formal, ocorre em espaços sistematizados, as atividades são assistidas pelo ato pedagógico e preocupa-se com a aquisição e construção do conhecimento, através das disciplinas escolares. (Almeida, 2014).

Quando o se fala em educação fala-se também em direitos humanos porque permite a transmissão de conhecimentos e saberes, de hábitos e comportamentos de vida, de padrões culturais com a intenção de modelar atitudes face ao mundo, onde podem ser potenciadores de consciência cívica, porque assim se formam cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres (Silva, 2004).

Segundo Gadotti (2005), a educação é um dos objetivos fundamentais para que todos os indivíduos tenham direito a um conjunto de bens e serviços na sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, delinea os direitos humanos básicos, nomeadamente a educação no artigo 26º:

1. “Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Assim, a educação, para além de constituir um direito humano fundamental, é também um requisito para se atingir o desenvolvimento sustentável, pois a EDS desenvolve e reforça a capacidade dos indivíduos, grupos, comunidades, das organizações e dos países para formar juízos de valor, para que se possam fazer escolhas positivas no sentido do desenvolvimento sustentável.

Pode ainda mudar mentalidades, tornando assim o mundo mais seguro, mais saudável e próspero com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, porque assim o ser humano começa a ficar mais sensibilizado e mais consciente das suas atitudes.

1.1.2- Agenda 2030- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Cimeira do Milénio que se realizou em setembro em 2000 e eram compostos por oito objetivos constituídos por 189 estados-membros onde se avançou consideravelmente, com o acesso à educação a água potável, e redução da pobreza global. Hulme (2009) designou a implementação destes objetivos como “A grande promessa do Mundo”, em torno da esperança depositada nos mesmos.

Os ODM foram sem dúvida um marco histórico “nunca um conjunto de objetivos mundiais a serem alcançados por todos os países e em todos os níveis (internacional, nacional, regional e local) foram sistematizados em um único documento, com metas e indicadores claros para monitorá-los” (Okado & Quinelli, 2016, p. 118), onde estes se comprometeram a estabelecer metas que melhorassem a qualidade de vida da sociedade.

No entanto, com os avanços consideráveis foram traçados mais 15 anos, para que se conclua as novas metas implementadas.

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” (Adcoesão, s.d.). Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgem a partir dos ODM e visam responder às necessidades da população, tanto nos países pobres, como nos mais ricos, prestando assim auxílio a todo o ser humano sem qualquer tipo de discriminação (Guia sobre Desenvolvimento Sustentável, 2016) e tem como objetivo acabar com todas as formas de pobreza.

São 17 objetivos com 169 metas a alcançar até 2030 por todos os 193 países e mais de 200 indicadores que permitem monitorizar o respetivo progresso e sustentar os relatórios anuais, os objetivos foram intitulados de “uma lista de coisas a fazer em nome dos povos e do planeta; e um plano para o sucesso”, pelo secretário-geral da ONU, na cimeira de 25 de setembro de 2015, em Nova Iorque (EUA).

Figura 2- Objetivos do desenvolvimento sustentável



Fonte: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> Acedido a 22/02/2023

Os objetivos e as suas respetivas metas estão interligados e têm um caráter global, isto é, devem ser aplicados universalmente, numa partilha de

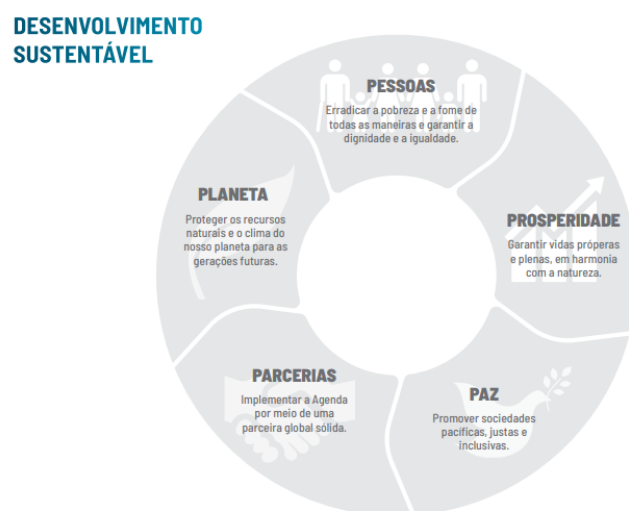
responsabilidade pelo seu alcance de todos os países, e traduzem uma evolução face aos objetivos de desenvolvimento sustentável anteriores.

O desenvolvimento sustentável da comunidade é condicionado diretamente por fatores que dependem do próprio indivíduo (capacidades que tem e as atitudes) e da comunidade (cultura) em si, ou seja, do seu potencial de desenvolvimento, bem como da sua capacidade de identificar oportunidades que podem conduzir à criação de postos de emprego (Grisi, 2008, citado por AIRO, 2012).

A adoção de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) para o período de 2017-2020.

O Documento dos ODS dividem-se em 5 áreas gerais: “Pessoas- referentes à erradicação da pobreza e fome, da promoção da dignidade e da igualdade; Planeta – incidindo sobre o consumo e produção sustentáveis, o combate à mudança climática e à gestão dos recursos naturais; Prosperidade – no que diz respeito à realização pessoal, ao progresso económico e social; Paz – sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência e Parcerias – relativamente à integração transversal, à interconexão e à mobilização conjunta em prol dos mais vulneráveis” (ABC dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2020).

Figura 3- Áreas dos objetivos do desenvolvimento sustentável



Fonte: ABC dos objetivos de desenvolvimento sustentável, 2020 Acedido a 22/02/23

Dos 193 países, 10 fazem parte dos países com mais desenvolvimento sustentável, sendo estes, a Dinamarca, a Suécia, Finlândia, França, Áustria, Alemanha, República Checa, Noruega, Holanda e Estónia. Portugal, está inserido nos 30 países mais sustentáveis do mundo (Economia ao Minuto, 2019) ocupando assim o 26 lugar, dos 193 países constituintes dos ODS (RTP Notícias, 2019).

1.1.3- A sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior

Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável suscitou desde logo um movimento de envolvimento por parte de algumas universidades, consequência do Relatório de Brutland que se constituíram signatários de Cartas e Declarações em torno dos princípios estabelecidos neste documento (Couto et al., 2005).

Segundo Webster (2005, cit. Couto et al., 2005) as questões do desenvolvimento sustentável estão em direta relação com as universidades, uma vez que a educação é essencial para levar a mudanças no comportamento do indivíduo enquanto a investigação e a inovação social, científica e tecnológica funcionam como alavancas do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, as universidades contribuem também para o dinamismo da região onde se inserem e assim conseguem implementar uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

As primeiras referências sobre a importância da educação, e da universidade, no desenvolvimento sustentável foram feitas em eventos e documentos das Nações Unidas da década de 70. A Tabela 1 apresenta uma síntese dos objetivos e das medidas propostas nessas conferências.

Tabela 2- A ONU e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (1972-1992)

Documentos	Objetivos	Medidas recomendadas
UNCHD (1972) Declaração de Estocolmo (Princípios 9 e 24)	Prever e/ou atenuar situações que prejudiquem o desenvolvimento sustentável.	Formulação de acordos multilaterais ou bilaterais ou de outras formas de cooperação (nomeadamente ao nível da transferência tecnológica).

UNCED (1991) Relatório do Comité Preparatório	Envolver todos os interessados na educação para o desenvolvimento sustentável.	Envolvimento de decisores no governo, de especialistas que nas universidades, institutos de investigação, etc
UNCED (1992) Declaração do Rio (Princípio 9)	Fomentar o surgimento e o aperfeiçoamento de capacidades para o desenvolvimento sustentável.	Intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico. Desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias, incluindo as novas e inovadoras.
UNCED (1992) Agenda 21 (Capítulos 31, 34, 35 e 36)	Clarificar o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento sustentável.	(Re)desenho dos programas nacionais em Ciência e Tecnologia de forma a clarificar as contribuições do sector para o desenvolvimento sustentável e a identificar as funções/ responsabilidades do sector no desenvolvimento humano.
	Gerar e disseminar conhecimento e informação em desenvolvimento sustentável.	Produção de avaliações científicas de longo prazo sobre desgaste dos recursos, uso da energia, impactos na saúde e tendências demográficas, que sejam facilmente perceptíveis e amplamente divulgadas.
	Educar todos para o desenvolvimento sustentável.	Desenvolvimento de programas de educação em ambiente e desenvolvimento acessível todos. Implementação de incentivos, para universidades e redes, ao trabalho realizado neste âmbito.

Fonte: Adaptado de Couto et al. (2005)

Assim a educação, vista até ao momento como sendo um objetivo, passa a ser vista como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável através das universidades (Mazurkiewicz, 1998 cit. Couto et al., 2005).

Como respostas aos desafios lançados pela comunidade internacional o espaço universitário realiza diversos eventos dos quais resulta a elaboração e assinatura de várias Declarações e Cartas que visa a implementação de parcerias académicas para a sustentabilidade, entre os principais destacam-se os seguintes: (Couto et al., 2005).

A Declaração de Talloires² foi assinada em 1990 no Centro Europeu da Universidade de Tufts, Talloires, França. A Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável (ULSF) é o Secretariado para os signatários e promove que as universidades têm um papel importante na educação, pesquisa,

² Declaração de Talloires – ULSF

formação política e na troca de informações necessárias para que seja possível um desenvolvimento sustentável.

Para Couto (et al., 2005) a declaração estabelece a implementação de iniciativas por parte das IES no sentido de: maior consciencialização do público em geral para a necessidade do desenvolvimento sustentável; favorecer a educação para a cidadania ecológica responsável; divulgação da temática ambiental nos currículos das disciplinas; formação ministrada e serviços prestados no sentido de um desenvolvimento sustentável; introdução de abordagens multidisciplinares; reformulação de currículos académicos e programas de investigação; estabelecimento de redes e alianças com escolas; reforço do ensino nas questões ambientais, demográficas e do desenvolvimento sustentável.

Em maio de 2023³, apenas uma universidade portuguesa (Universidade Nova de Lisboa) consta na lista dos signatários desta declaração.

A Declaração de Halifax⁴ foi assinada em dezembro de 1991, na conferência sobre Ações da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável, em Halifax, Canadá.

Esta declaração foi assinada por representantes da Associação das Universidades do Canadá, da Associação Internacional das Universidades e da Universidade das Nações Unidas. A conferência contou com a presença de várias universidades, empresários e ONG e reforçou as preocupações da degradação do planeta Terra incentivando aos esforços de cada um para que seja possível amenizar os efeitos negativos.

Desta cimeira resultou um plano de ação para o desenvolvimento sustentável com ações específicas para as universidades, nomeadamente: compromisso contínuo com os princípios do desenvolvimento sustentável; utilização dos recursos intelectuais no sentido de promover uma melhor compreensão social dos problemas enfrentados pelo planeta; ênfase na obrigação ética de encarar os problemas ambientais; reforço no ensino e na prática dos princípios de sustentabilidade, implicando o aumento da literacia e ética ambiental;

³ [Lista de Signatários da Declaração de Talloires – ULSF](#)

⁴ [rfl_727_halifax_2001.pdf \(iau-hesd.net\)](#)

cooperação com todos as partes da sociedade na procura de práticas que conduzam à reversão da degradação do meio ambiente; divulgação de toda a informação, ações e projetos aos organismos interessados, aos governos e ao público em geral (Declaração de Halifax, 1991; Oliveira et al., 2016).

O envolvimento das IES no processo de desenvolvimento sustentável marcou-se em 1992 na UNCED (Cimeira da Terra ou Rio 92), da qual surge a Declaração do Rio⁵ e a Agenda 21.

A Declaração do Rio foi considerada como um dos acontecimentos mais marcantes na história do planeta onde estavam presentes 182 estados para debater as questões da poluição ambiental e do esgotamento dos recursos naturais e vai dar origem a vários tipos de acordos para a melhoria do ambiente, assim como a Agenda 21.

A Agenda 21 constituiu um notável programa global de âmbito local para governos, autarquias, organizações não governamentais, instituições para o desenvolvimento, entre outros. (Matos et al., 2015).

Em relação à educação destaca-se o capítulo 36- Promover a Educação, a Consciência Pública e a Formação- que apresenta três princípios fundamentais:

1. Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável;
2. Aumento da consciência pública;
3. Promoção da formação. ⁶

A Declaração de Swansea foi assinada em Swansea no País de Gales, em agosto de 1993, no 15º Congresso da Associação das Universidades da Commonwealth que contou com a participação de mais 400 universidades e teve como tema central da discussão as preocupações com a degradação ambiental, o aumento de pobreza e a necessidade de envolvimento da sociedade no alcance da sustentabilidade, esta reunião foi inspirada nas ações descritas nas reuniões de Talloires e Halifax.

⁵ SciELO - Brasil - Declaração do Rio de Janeiro Declaração do Rio de Janeiro

⁶ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/c36a21.pdf>

A Declaração de Swansea⁷ adicionou uma dimensão para a discussão da sustentabilidade nas IES, cooperação entre os países constitui um fator importante para se alcançar a sustentabilidade. A Declaração também refere que embora a sustentabilidade ambiental seja um tema de grande importância para os países desenvolvidos, os menos desenvolvidos têm necessidades mais urgentes e prioritárias, tendo sido feito um apelo às universidades dos países mais ricos para que ajudem no desenvolvimento de programas de sustentabilidade ambiental nas universidades dos países menos ricos (Campello e Silveira, 2016).

Em novembro de 1993, a Associação Internacional das Universidades (AIU), promoveu uma reunião em Quioto, no Japão, onde se voltou a reforçar que a IES tem um papel importante na promoção dos princípios de sustentabilidade e práticas sustentáveis.

A Declaração de Kyoto, que resultou desta reunião, foi redigida com base nos princípios das Declarações de Talloires, Halifax e Swansea com destaque para as práticas sustentáveis. (Matos et al, 2015).

Em março de 2023, são membros da AIU cinco universidades portuguesas: Instituto Superior de Educação e Ciência; Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Universidade de Lisboa; Universidade de Coimbra e Universidade do Porto⁸.

Carta Universitária para um Desenvolvimento Sustentável do Programa Copernicus foi planeado na Conferência de Reitores da Europa, promovido pela Associação de Universidades Europeias. O processo iniciou em Barcelona em 1993, assinada em Genebra, em 1994, por mais de 190 universidades.

A carta reforça a necessidade de as universidades serem promotoras na implementação dos valores ambientais na educação superior (Couto et al., 2005).

A Associação das Universidades atualmente tem muitos membros dos quais alguns são portugueses, tais como: Universidade Autónoma de Lisboa;

⁷ [the swansea declaration.pdf \(iau-hesd.net\)](http://iau-hesd.net/the_swansea_declaration.pdf)

⁸ [Lista de Membros da UAI - UAI \(iau-aiu.net\)](http://iau-aiu.net/Lista_de_Membros_da_UAI_-_UAI)

Universidade Católica Portuguesa; ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Lusíada; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Universidade Nova de Lisboa; Universidade Portucalense Infante D. Henrique ; Universidade de Aberta; Universidade de Aveiro; Universidade da Beira Interior; Universidade de Coimbra; Universidade de Évora; Universidade de Lisboa; Universidade da Madeira; Universidade do Minho; Universidade do Porto; Universidade do Algarve; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Conferência Nacional de Reitores. ⁹

O programa Copernicus baseia a sua estratégia de ação nos princípios da Carta Universitária para um Desenvolvimento Sustentável, como princípios a serem adotados pelas IES para que seja possível alcançar a sustentabilidade, assenta em dois objetivos: identificar formas de as universidades ajudarem a sociedade a responder ao desafio do desenvolvimento sustentável e alcançar a sustentabilidade nas próprias universidades (Couto et al., 2005).

Em 1995, foi criada a Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (OIUDSMA), em São José da Costa Rica. No mesmo ano foi divulgada a Declaração de Compromissos da Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, com o objetivo de criar e aplicar programas e pesquisas no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

A declaração destaca as diferentes formas como os países tem perceção dos seus problemas ambientais, demonstrando as claras diferenças entre os níveis socioeconómicos de desenvolvimento e é lançado um apelo ao envolvimento na pesquisa, interpretação e divulgação, permitindo assim a tomada de decisões do ponto de vista político social e tecnológico (Oliveira et al.,2016).

Em 1997, a UNESCO realiza a conferência internacional “Ambiente e Sociedade: educação e sensibilização do público” em Thessalónica na Grécia, tendo resultado a assinatura da Declaração de Thessalónica¹⁰ pelos 93 estados presentes.

⁹ [Diretório de membros \(eua.eu\)](http://eua.eu)

¹⁰ [Declaration of Thessaloniki - UNESCO Digital Library](#)

Esta declaração relata a importância do ensino em educação ambiental visando a construção de um futuro com a missão do desenvolvimento sustentável.

Em relação à educação, apresentam-se as seguintes medidas: seja conferido um papel central às atividades educativas; atribuição de um maior investimento na educação e sensibilização do público por parte dos governos, instituições financeiras e empresas; criação um fundo financeiro para a educação para o desenvolvimento sustentável; adequação e atualização dos conteúdos programáticos e de ações de sensibilização ao público; adaptação dos programas escolares às necessidades de um futuro sustentável; reorientação dos programas de formação de docentes; apoio a práticas inovadoras de investigação sobre novas metodologias de ensino interdisciplinares (Couto et al., 2005).

A declaração destaca que o conceito de sustentabilidade ambiental deve estar ligado a questões como a pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos, paz, saúde e respeito pelo conhecimento cultural e ecológico tradicional. Apela também aos governos e líderes em educação que honrem os compromissos assumidos em declarações anteriores relativamente à sustentabilidade ambiental (Campello e Silveira, 2016).

A Declaração sobre o Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável, foi assinada em outubro de 2001, em Luneburgo na Alemanha por prestigiadas instituições científicas do mundo parceiras do *Global Higher Education for Sustainability Partnership: International Association of Universities* (França), *United Nations University* (Japão), *Copernicus-Campus* (Alemanha) e *University Leaders for a Sustainable Future* (Estados Unidos da América) (Couto et al., 2005).

A declaração apela aos estabelecimentos de ensino superior que: se assegure a atualização dos materiais didáticos de forma que reflitam os conhecimentos científicos mais recentes sobre sustentabilidade; se reoriente a formação dos docentes no sentido do desenvolvimento sustentável; seja dada formação contínua aos docentes, decisores e público em geral sobre desenvolvimento sustentável; se intensifique as redes entre instituições de ensino superior (Couto et al., 2005).

A Declaração sobre a Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável¹¹, assinada em 2002 por 11 prestigiadas organizações educativas e academias científicas internacionais, das quais o *Global Higher Education for Sustainability Partnership* (GHESP), teve como principais objetivos a importância do papel da educação para um futuro sustentável e lembrar os estados da importância da implementação da Agenda 21.

Esta declaração, apela à criação de acordos internacionais de cooperação e intercâmbio entre as instituições educativas, nomeadamente, universidades, politécnicos, escolas de ensino secundário e primário, para que seja alcançado o objetivo global da educação para o desenvolvimento sustentável. Para possibilitar que seja feita uma revisão, adequação e reorientação dos currículos para um futuro mais sustentável, as redes globais consideraram os professores como elementos decisivos no decurso do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, existe uma Academia de Líderes Ubuntu- Escolas Ubuntu, que é um programa de capacitação destinado a jovens entre os 13 e os 18 anos, que valoriza a interdependência e da solidariedade. A academia visa desenvolver e promover competências pessoais, sociais e cívicas dos participantes, contribuindo assim para a sua transformação como agentes de mudança, ajudando a construir uma cidade mais justa e solidária.¹²

Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 57/254 assinada em 2002 anuncia a Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) incentivando os governos a promover e aperfeiçoar a integração da educação para o desenvolvimento sustentável nas estratégias educacionais.

Na Conferência Rio 20+ no Rio de Janeiro em 2012, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Universidade das Nações Unidas, o Pacto Global da ONU, a iniciativa Princípios para a Educação em Gestão Responsável (PRME), apoiada pela ONU, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foi elaborada a Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade da Educação

¹¹ Dec Ubuntu (comitepaz.org.br)

¹² <https://www.escolasubuntu.pt/>

Superior que volta a reforçar o debate sobre a responsabilidade das IES em relação ao desenvolvimento sustentável e incentiva as mesmas a promover ações relacionadas com a temática.

As declarações que foram apresentadas constituem-se compromissos das IES com a sustentabilidade, embora sabemos que por vezes a realidade apresenta diferentes formas e alguns obstáculos que impedem estas instituições de seguir caminhos mais eficazes para o desenvolvimento sustentável. Contudo, pode afirmar-se que na generalidade as IES, outras nem tanto, têm respondido aos desafios propostos para alcançar a sustentabilidade.

As IES têm um papel de grande importância enquanto meios de conhecimento através do ensino e da investigação, principalmente pelo grande contributo no processo de aprendizagem dos estudantes, futuros tomadores de decisão com elevados impactos na sociedade (Trigo, et al. 2014). Assim, as IES devem assumir um papel de destaque no que concerne ao desenvolvimento sustentável, constituindo-se as mesmas em modelos de sustentabilidade (Ceulemans et al., 2015).

Bizerril (et al., 2018) referem que a institucionalização da sustentabilidade nas IES constitui uma das ações para que se possa alcançar um modelo designado de “Universidade Sustentável”.

Vários investigadores abordaram o conceito de Instituição de Ensino Superior Sustentável, apresentando-se de seguida alguns autores.

Hall (1982, cit. Viegas e Cabral, 2015) menciona que uma universidade sustentável deve caracterizar-se por melhorar a saúde e bem-estar da população e dos ecossistemas. O autor faz referência ao documento da Conferência Campus Earth Summit, que foi promovido pela Universidade de Yale em 1994, onde envolveu 400 faculdades de 22 países.

Bakker (1998, p.53-54), define universidade sustentável como uma instituição que: prioriza a sustentabilidade ambiental; integra o conhecimento ambiental nas disciplinas mais relevantes; organiza eventos para os alunos abordarem problemas ambientais globais/locais; permite auditorias ambientais; efetua compras ambientalmente responsáveis; procura ativamente reduzir a pegada

ecológica no campus; maximiza a eficiência energética; cria um centro ambiental para os alunos; apoia os alunos que pretendem seguir uma carreira ambientalmente responsável”.

Segundo Cole (2003), a comunidade de um campus sustentável deve atuar de forma a proteger e melhorar a saúde e bem-estar dos humanos e dos ecossistemas.

Para Wright (2002, cit. Madeira, 2008), uma universidade sustentável é uma tarefa impossível, porque é algo que se vai atingindo, não tem um fim definitivo.

Segundo Madeira (2008), uma universidade sustentável é aquela que além de ensinar com qualidade é uma instituição que: tenta integrar questões relacionadas com a sustentabilidade, através das unidades curriculares e de práticas de conceitos de sustentabilidade; na investigação, onde é avaliado as implicações da sustentabilidade; nos serviços, ajudam as comunidades nacionais e internacionais a certificar um futuro saudável a nível ecológico, social e económico; na operacionalização de projetos relacionados com o ambiente.

1.1.3.1- Rede Campus Sustentável

Existe uma rede de cooperação entre as IES nacionais e a Rede Campus Sustentável- Portugal (RCS-PT), foi criada a 27 de novembro de 2018 na Universidade de Coimbra que visa a implementação dos princípios e a prática do desenvolvimento sustentável nas dimensões ambientais, sociais e económicas.

Temo como objetivo principal promover as questões de sustentabilidade nas universidades e politécnicos portugueses e, assim, contribuir para uma sociedade mais sustentável, é fundamental criar-se IES que desempenhem um papel ativo:

- Na promoção de novos conhecimentos no que se refere à sustentabilidade;
- Na implementação de medidas e criação de novos projetos com vista ao aumento da sustentabilidade dentro dos campi e nas comunidades vizinhas;

- Na integração deste tema no ensino, na investigação, na gestão organizacional e no envolvimento das partes interessadas.¹³

A rede é composta por 38 membros, dos quais o Instituto Politécnico de Beja também integra.

A rede atua em 6 áreas: operações; ensino e curricula; investigação e desenvolvimento; avaliação e comunicação; gestão organizacional e comunidade¹⁴.

As diferentes operações a nível das instalações das IES podem ser muito diversificadas numa perspetiva de melhoria do desempenho para a sustentabilidade das instituições. As medidas mais usuais para a alteração do campus, e dos edifícios estão relacionadas, por exemplo: gestão de resíduos; adaptação às alterações climáticas; gestão da água de consumo e tratamento das águas residuais; espaços verdes e biodiversidade. (Rede Campus Sustentável, s.d.).

Existem algumas ferramentas de suporte às organizações que possam melhorar o desempenho em termos de infraestruturas, nomeadamente Sistemas de Gestão Ambiental, da Qualidade e Segurança e Higiene no Trabalho, Avaliação de Ciclo de Vida de Produtos, Rótulos/Galardões Ecológicos e Sistemas de Certificação e Excelência Ambiental na Construção. Uma destas ferramentas é o Programa Eco-Escolas no Ensino Superior. (Idem, s.d.).

No ensino e curricula, as ações podem-se efetuar através da incorporação/integração de temáticas da sustentabilidade em disciplinas; criação de módulos dentro de uma disciplina; ou a criação de cursos formais, todas as ações devem estar viradas para a interdisciplinaridade. (Idem, s.d.).

É fundamental a realização de investigação e desenvolvimento científico, pois as práticas da EDS devem estar em constante evolução para que haja uma aplicação mais ampla e com maior eficácia, destacam-se as seguintes áreas de investigação: investigação em geral que contribua para o Desenvolvimento

¹³ <https://www.uc.pt/efs/ECS2018/Documentos/RedeCampusSustentavel>

¹⁴ <http://www.redecampussustentavel.pt/atuacao-colaboracao/>

Sustentável; laboratórios com práticas sustentáveis; estudos de caso (casos de sucesso de práticas e EDS). (Idem, s.d.).

Em relação à comunicação e avaliação da sustentabilidade nas IES, esta está relacionada com a prática de avaliar o desempenho das organizações no sentido dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é efetuada através do uso de indicadores de desempenho. (Idem, s.d.).

A gestão organizacional, pode ser efetuada através da criação de um gabinete de sustentabilidade; o envolvimento de estudantes, professores e trabalhadores que participem em ações para a sustentabilidade. (Idem, s.d.).

O envolvimento da comunidade externa é também importante para a implementação da sustentabilidade nas IES, pois pode ser feito através de cursos ou formações, eventos sobre o DS abertos à comunidade. (Idem, s.d.).

É importante adaptar as ações de acordo com as necessidades e contextos específicos das instituições e da comunidade em que estão inseridas. O envolvimento ativo de todas as partes interessadas é fundamental para alcançar uma transformação em direção à sustentabilidade nos campus universitários.

1.2- O Programa Eco-Escolas

1.2.1- Enquadramento e metodologia do Programa Eco-Escolas

Neste capítulo é abordado o Programa Eco-Escolas, sendo este o tema central, deste trabalho de investigação. Irá ser abordado também os seus objetivos e a metodologia.

"Pensar globalmente, agir localmente", a máxima da Agenda 21, passou a ser uma fórmula presente em praticamente todas as propostas de educação para o ambiente e o desenvolvimento. Pensar e agir localmente para perceber globalmente, tem sido o princípio orientador, só possível de ser construído através de uma cidadania participativa (Guia Eco-Escolas, s.d.).

A EDS assume-se como um tema fundamental na informação e alteração de comportamentos na sociedade, onde se pode verificar em programas como a Agenda 21 Local e as Eco-Escolas.

O Programa Eco-Escolas pretende ser um contributo metodológico para uma educação ambiental participada e esclarecida em escolas onde educar é criar cidadãos conscientes e ativos pelo ambiente.

O Programa Eco-Escolas (PEE) está direcionado para a educação ambiental e para a cidadania e foi implementado pela Fundação para a Educação Ambiental “Foundation for Environmental Education (FEE)”, desenvolvido em Portugal desde 1996 pela ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa) e apoiado pela Comissão Nacional o Programa Eco-Escolas é constituída pela ABAE/FEE Portugal e por representantes das seguintes instituições:

- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB),
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA),
- Instituto da Água (INAG),
- Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores (SRAM),
- Direção Regional de Ambiente da Madeira (DRAM),
- Direções Regionais de Educação (DRE),
- Instituto da Água (INAG),
- Agência para a Energia (ADENE),
- Autoridade Florestal Nacional (AFN). (Direção Geral da Educação, s.d.).

Em 2018 o PEE encontrava-se implementado em 67 países, mais de 51.000 escolas e envolvendo mais 19 milhões de estudantes. Em Portugal participam mais de 1500 escolas e 650.000 estudantes, em 230 municípios, destina-se fundamentalmente para as escolas do ensino básico, embora possa ser implementado em qualquer grau de ensino, visa garantir a participação das crianças e jovens nas tomadas de decisões, encorajar ações e reconhecer o trabalho desenvolvido pela escola em prol do ambiente.

O PEE está dirigido para a implementação da Agenda 21 a nível local, onde se deve aplicar conceitos e ideias sobre a educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola.

Objetivos Gerais e Específicos

Como já foi referido anteriormente, o PEE pretende estimular crianças e jovens o hábito de participação em tomadas de decisões e comportamentos adequados no seu quotidiano, seja a nível pessoal, familiar e comunitário.

Seguindo a metodologia da Agenda 21 o programa tem como objetivos gerais:

- “Aumentar o conhecimento (Sensibilização, Divulgação, Informação em Educação Ambiental/ EDS);

- Integrar a Educação Ambiental / EDS na educação formal, não formal e informal;

- Contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030- ONU);

- Contribuir para o progresso na escala da literacia ambiental através do recurso a metodologias participativas de exercício da cidadania;

- Melhorar a gestão ambiental da escola; sensibilizar e envolver a comunidade;

- Envolver toda a comunidade escolar com ênfase nos alunos;

- Orientar para a Ação (Mudança de atitude e comportamento, compromisso, participação e envolvimento, Cidadania e Governança);

- Abordar “pela positiva” as boas práticas de sustentabilidade (pedagogia de exemplo, construtiva)” (Programa Eco-Escolas, 2018).

Como **objetivos específicos** possui;

- “Trabalhar a gestão ambiental do espaço escola através da implementação de ações de efetiva melhoria na gestão de recursos;

-(In)formar e envolver os participantes aplicando a metodologia Eco-Escolas- 7 passos;

- Produzir valiosos exercícios de cidadania conducentes a uma atitude pró-ativa na comunidade escolar e envolvente.

- Trabalhar anualmente diversos temas sendo alguns deles de caráter obrigatório (água, resíduos e energia) aos quais acresce um tema do ano (floresta ou mar em 2018/19), podendo ainda integrar todos os outros temas e atividades em desenvolvimento na escola no âmbito da cidadania e sustentabilidade” (Programa Eco-Escolas, 2018).

Metodologia

Na imagem a baixo está um esquema síntese representativo das quatro fases pelas quais as escolas que estejam interessadas em aderir a este programa terão de passar e as funções da ABAE. A 1ª Fase da metodologia é a “inscrição no programa” e para que uma escola se inscreva existem condições prévias, tais como:

- “Manifestação por parte da escola da vontade de melhorar o seu desempenho ambiental, envolvendo os alunos nos processos de decisão e implementação do programa, em qualquer das suas fases;
- Concordância de adesão ao programa por parte do/a diretor/presidente da escola;
- Declaração do interesse do Município em colaborar com a escola.” (Guia Eco-Escolas, s.d.)

Figura 4- Esquema síntese da metodologia geral do PEE seguida a nível da escola e pela ABAE

	Escola	ABAE
1ª Fase	Inscrição Escola (coordenador, direcção da escola) e município.	Divulgar o programa; Receber as inscrições das escolas; Organizar base de dados das escolas Contactar os municípios
	Implementação Implementar os sete passos do Programa: 1. Conselho Eco-Escola; 2. Auditoria ambiental; 3. Plano de acção; 4. Monitorização e avaliação; 5. Trabalho curricular; 6. Informação e envolvimento da escola e comunidade; 7. Eco-Código	Reunir a comissão nacional Organizar o seminário nacional anual, para professores e coordenadores. Apoio à implementação do programa; visitas às escolas; participação em reuniões e/ou acções. Elaboração de publicações.
2ª Fase	Candidatura ao Galardão O galardão consiste em: bandeira que poderá ser colocada no átrio da escola ou hasteada num mastro; certificado de Eco-Escola; autorização de utilização do logotipo das Eco-Escolas.	
	Antes do ano lectivo terminar o conselho Eco-Escolas deve reunir para avaliar o trabalho realizado. Caso conclua ter cumprido o essencial do programa, poderá decidir apresentar a candidatura ao galardão. Para tal, deverá organizar e apresentar um relatório de candidatura, que deverá incluir o formulário de candidatura devidamente preenchido, bem como outra informação relevante.	Reunião da comissão nacional: avaliação das candidaturas. São critérios de avaliação: os sete elementos atrás descritos e a abordagem temática dos temas e sub-temas que constituem os pilares do programa Eco-Escolas. O galardão só será atribuído caso se verifique o cumprimento do essencial da metodologia e abordagem temática. É atribuído pelo período de um ano e é renovável.
3ª Fase	Atribuição do Galardão Participação, com um grupo de representantes da escola, na cerimónia de atribuição da bandeira verde.	Organização do “dia das bandeiras verdes”.
4ª Fase	Cada escola deve organizar uma cerimónia do hastear da bandeira	Divulgação na comunicação social

Fonte: Gomes, J. 2009

A 2ª Fase da metodologia do programa enuncia-se em 7 passos: 1. Conselho Eco-Escolas; 2. Auditoria Ambiental; 3. Plano de Acção; 4. Monitorização e avaliação; 5. Trabalho Curricular; 6. Informação e Envolvimento da escola e da Comunidade; 7. Eco-Código.

Figura 5- Metodologia dos 7 passos do Programa Eco-Escolas



Fonte: Gomes J., 2009

1) Conselho Eco-Escolas

O conselho Eco-Escolas é a principal base do projeto e é responsável também pela motivação de toda a comunidade escolar que tem como principais objetivos: garantir a participação ativa dos alunos no processo de decisão do programa; assegurar que todas as opiniões da comunidade escolar sejam postas em consideração e se possível executá-las; certificar que haja uma continuidade do programa e criar uma ligação com a estrutura de gestão da escola e com a comunidade local. (Simões, 2008).

O conselho deverá ser composto por alunos, professores, pessoal não docente, pais e elementos representantes (Junta de Freguesia, Associações de Defesa do Ambiente, empresas, órgãos de comunicação social locais, etc.). (Gomes, s.d.).

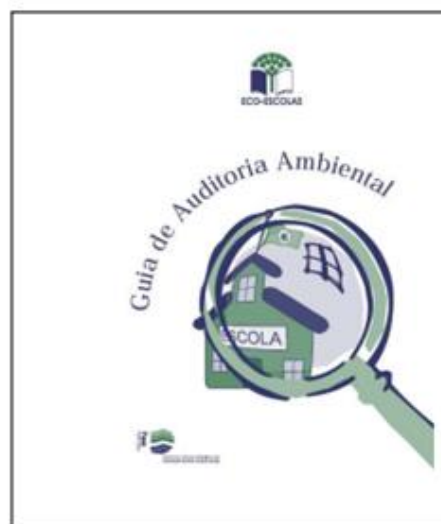
2) Auditoria Ambiental

A auditoria ambiental é utilizada como ferramenta de diagnóstico, mas também de avaliação da situação ambiental da Escola, sendo fulcral o envolvimento dos alunos.

O documento “Guia para a Auditoria Ambiental” do PEE disponibiliza um “inquérito” de referência como auxiliar do estudo, onde se pode encontrar:

- “Contém perguntas de observação e outras que exigem a realização de inquérito;
 - Pode ser adaptado às necessidades particulares de cada escola;
 - Pode ser acrescentado com outros aspetos considerados relevantes na escola;
 - Poderá ser subdividido para ser realizado por diferentes classes ou turmas.
- (Guia Eco-Escolas, s.d., p. 9).

Figura 6- Guia de auditoria ambiental



Fonte: <https://ecoescolas.abae.pt/wp-content/uploads/sites/3/2014/09/GuiaDeAuditoriaAmbiental.pdf> Acedido a 20/02/2023

3) Plano de Ação

O planeamento de ações deverá constituir a principal estratégia de abordagem dos diversos temas de trabalho, nomeadamente nos temas base- água resíduos, energia, ou dos temas complementares, transportes, ruído, espaços exteriores, agricultura biológica ou biodiversidade. (Guia Eco-Escolas, s.d.).

O plano de ação é elaborado com base na auditoria municipal, que deverá ser aprovado anualmente, onde são abordados os seguintes tópicos: diagnóstico (situações a melhorar), objetivos, metas, ações e atividades previstas, concretização – recursos, concretização – intervenientes, concretização – calendarização e avaliação – instrumentos e indicadores (de monitorização e avaliação de ações) (Simões, 2008).

Para a elaboração do plano de ação há que ter em conta:

- Ser um plano escrito;

- Identificar os problemas a resolver estabelecendo objetivos a atingir. Um Plano que seja demasiado ambicioso tem maior probabilidade de não se concretizar e levar à desmotivação;
- Incluir formas de monitorização e se possível de quantificação por forma a estabelecer indicadores relativos aos progressos alcançados;
- Definir, medidas a implementar, ações, e atividades que permitam atingir os objetivos/metas a que se propõe;
- Considerar prazos e recursos realistas para a sua concretização;
- Deve estar de acordo com o curriculum escolar, em que eventualmente poderá ser completado em atividades de complemento curricular. (Guia Eco-Escolas, s.d.).

4) Monitorização e Avaliação

A monitorização consiste no acompanhamento e discussão do plano de ação por parte do Conselho Eco-Escolas.

O Conselho Eco-Escolas deve discutir a forma como o plano está a decorrer, o que pode ou deve ser alterado, sugestão de novas atividades, etc. Quando as metas que foram estabelecidas quando são atingidas devem ser celebradas com entusiasmo.

Nesta fase, deve-se ter em cuidado na seleção de um conjunto de indicadores, em que a evolução no tempo deve ser registada, por exemplo mês a mês permite-nos medir a evolução do desempenho ambiental da escola, alguns exemplos:

- “Quantidade de energia consumida;
- Número de resmas de papel consumidas;
- Quantidade de lixo produzido/ separado por tipologias;
- Quantidade de água consumida” (Guia Eco-Escolas, p. 11, s.d.).

5) Trabalho Curricular

Os assuntos ambientais que são estudados em sala de aula devem influenciar o funcionamento da escola. Os trabalhos que foram realizados nas aulas no âmbito

da temática do ambiente não se devem restringir a uma turma só, porque toda a comunidade escolar deve ser informada para também poder tomar decisões. As diversas temáticas de trabalho devem ser articuladas com as matérias curriculares, tendo em conta as causas de cada escola.

6) Informação e Envolvimento da Escola e da Comunidade Local

A promoção do envolvimento de toda a Escola e da Comunidade Local é fundamental. A realização de exposições, colóquios, concursos, festas e outros eventos levam a que toda a comunidade tenha conhecimento do trabalho desenvolvido, salientando o desempenho ambiental da escola. Neste âmbito da informação, são requisitos:

- Toda a comunidade escolar e local deve ter conhecimento da participação da escola no PEE e também sobre o Dia Eco-Escolas;
- Ter um “Painel Eco-Escolas”, onde consta toda a informação sobre as atividades a realizar, notícias, painéis temáticos, etc, este painel deve estar num local bem visível para utentes da escola e visitantes;
- Se for o caso de ser uma escola galardoada a bandeira deve estar hasteada ou se não for possível, coloca-la num local bem visível. (Guia Eco-Escolas, s.d.).

7) Eco-Código

O Eco-código é uma declaração de objetivos, traduzidos por ações concretas, que todos os membros da comunidade sem exceção deverão seguir. Cada objetivo corresponde a uma ação concreta, que seja cumprida por todos os elementos da comunidade escolar (alunos, professores e funcionários).

É fundamental que os alunos participem na elaboração deste código, porque senão caso contrário ignorá-lo-ão.

1.2.2- O Programa Eco-Escolas no Instituto Politécnico de Beja

O Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) é uma instituição de ensino superior, “destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, concentrado especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente e incentivando a formação ao longo da vida.” (IPBeja, s.d.).

Atualmente o IPBeja é composto por quatro Unidades Orgânicas- Escola Superior Agrária (ESA), Escola Superior de Educação (ESE), Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTIG) e a Escola Superior de Saúde (ESS), em que todas estão devidamente equipadas para o desenvolvimento de aprendizagens, com uma oferta formativa como cursos técnicos superiores profissionais, formação inicial (licenciaturas), formação pós-graduada e de formação de 2º ciclo (mestrados). (IPBeja, s.d.).

Tanto a Escola Superior de Educação como a Escola Superior Agrária, integram desde os primórdios no Instituto Politécnico de Beja, embora a sua criação fosse em 1979 e o arranque dos primeiros cursos estivesse previsto para 1980 e 1984, a Comissão Instaladora só se verificou em 1985. (IPBeja, s.d.).

A primeira Unidade Orgânica a aderir ao Programa foi a ESS por volta de 2010/11, onde tenha estado alguns anos afastada do programa, voltando a entrar em 2017/18. A ESA aderiu em 2014/15, a ESTIG e a ESE aderiram em 2015/16.

Até à data, todo o trabalho desenvolvido, em prol do Ambiente, pelas quatro Unidades Orgânicas, resultou na aquisição do Galardão “Bandeira Verde”. Assim, a ESA obteve quatro galardões, a ESTIG e a ESS três e a ESE obteve um galardão.

No ano letivo 2022/23 todas as Unidades Orgânicas encontram-se inscritas no programa, levando assim a uma comunidade académica participativa.

De acordo com o Plano Estratégico do IPBeja 2022-2025¹⁵, destaca-se a Medida 9.2 (Comunicação direcionada e diferenciada), em concreto a Ação 9.2.3 (Desenvolver uma comunicação positiva e adequada aos destinatários) para que se consiga através do Gabinete de Imagem e Comunicação alertar e sensibilizar para a concretização dos ODS.

Em relação ao Plano de Atividades 2023 do IPBeja verifica-se que na ação 1.1- Organização, governo e infraestruturas a ação 1.1.13 está direcionada com o facto de se querer pretender alinhar as atividades com os ODS.¹⁶

¹⁵https://www.ipbeja.pt/RepositorioDocumentosOficiais/Plano%20Estrategico%20do%20IPBeja/Plano_EstrategicoIPBeja2022-2025.pdf

¹⁶ [Plano de Atividades IPBEJA 2023 - Aprovado.pdf](#)

Figura 7- Mapa do IPBeja

Legenda

- 1 - Presidência
- 2 - Auditório I
- 3 - Auditório II
- 4 - Auditório III
- 5 - Biblioteca
- 6 - CEBAL
- 7 - Centro Vasco da Gama
- 8 - Centro de Transferência de Conhecimentos
- 9 - Gabinete de Acesso ao Ensino Superior
- 10 - Campo Desportivo I
- 11 - Campo Desportivo II
- 12 - Gabinete de Imagem e Comunicação
- 13 - Serviços de Tecnologias de Informação
- 14 - Gabinete de Aproveitamento e Património
- 15 - Refeitório
- 16 - Residência I
- 17 - Residência II
- 18 - Sala de Reuniões I
- 19 - Sala de Reuniões II
- 20 - Sala de Reuniões III
- 21 - Sala de Reuniões IV
- 22 - Serviços Académicos I
- 23 - Serviços Académicos II
- 24 - Tesouraria
- 25 - Universidade Sénior
- 26 - Gabinete de Qualidade, Avaliação e Procedimentos
- 27 - Gabinete de Projectos
- 28 - Serviços de Planeamento e Desenv. Estratégico
- 29 - Serviços de Recursos Humanos
- 30 - Centro de Informações e Vendas - Loja CUBO
- 31 - Galeria de Arte AOLADO
- 32 - Gabinete de Apoio à Actividade Desportiva
- 33 - Gabinete de Apoio Psico-Pedagógico
- 34 - Serviços de Acção Social
- 35 - Museu Botânico
- 36 - Oficina de Impressão Offset
- 37 - Gabinete de Mobilidade e Cooperação
- 38 - Ginásio Polidesportivo
- 39 - Gabinete de Alimentação
- 40 - Centro de Línguas



Fonte: ipbeja.pt/idesenvolvimento/Laboratorios/labreab/Paginas/Localizacao.aspx Acedido a 02/07/2023

Parte II- Estudo Empírico

A metodologia consiste na aplicação de procedimentos e técnicas que tem como propósito atingir os objetivos.

Este capítulo inclui, uma descrição do problema em estudo, as questões e objetivos da investigação, dos participantes, o cronograma, a abordagem metodológica, e das técnicas utilizadas para a recolha e para a análise de dados.

1- Problemática e sua Contextualização

Segundo Quivy, e Campenhoudt a problemática é “a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos optar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida (...) é uma maneira de interrogar os fenómenos estudados” (Quivy, 1995, p.89), constituindo uma etapa fundamental do processo de investigação.

A problemática estudada será saber como o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Escolar.

Visto as IES terem um papel de destaque no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade e o estudo decorrer no Instituto Politécnico de Beja surgiu a possibilidade de fazer essa mesma análise, perceber como o IPBeja promove a educação para o desenvolvimento sustentável nas 4 unidades orgânicas.

2- Questões e Objetivos da investigação

Do ponto de vista metodológico, existem algumas questões e objetivos de investigação que se devem identificar, tais como a questão de partida e os objetivos específicos e gerais.

O tema central da pesquisa pode ser determinado como “um desdobramento da pergunta básica do estudo, ou seja, os itens que serão pesquisados para solucionar o problema de pesquisa” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 94).

Segundo Prodanov & Freitas (2013) deve-se “definir com precisão o que pretendemos com o trabalho. O objetivo do estudo vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo pesquisador e à colocação de propósitos que estão diretamente relacionados com o problema de pesquisa” (Prodanov & Freitas, 2013, p.94).

O estudo centra-se em torno na questão, ou seja, a questão de partida, é contruída da seguinte forma:

- Em que medida o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja promove a Educação para o Desenvolvimento Sustentável?

No que concerne aos objetivos gerais, podemos aferir que estes “descrevem grandes orientações para as ações e são coerentes com as finalidades do projeto, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir e não são, geralmente, expressos em termos operacionais, pelo que não há possibilidade de saber se foram ou não atingidos” (Guerra, 2002, pp.163-164).

Desta forma, o objetivo geral do estudo é “Saber como o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Escolar”.

Os objetivos específicos “exprimem os resultados que se esperam atingir e que detalham os objetivos gerais, funcionando como a sua operacionalização. (...) Distinguem-se dos objetivos gerais porque não indicam direções a seguir, mas estádios a alcançar, e assim, são, geralmente, expressos em termos mais descritivos de situações a concretizar” (Guerra, 2002, p.164)”.

Como tal, os objetivos específicos são:

1. Conhecer a perceção da comunidade académica do IPBeja sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
2. Averiguar sobre a implementação da metodologia dos 7 passos do PEE no IPBeja.
3. Analisar as potencialidades e os constrangimentos do PEE do IPBeja da implementação dos ODS nas Instituições de Ensino Superior.
4. Identificar o desenvolvimento de competências dos estudantes que participam no PEE.

2. Caracterização dos Participantes/ Amostragem do Estudo

Em relação à amostra da investigação, esta “refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população” (Prodanov & Freitas, 2013, 98).

A amostra da presente investigação foi escolhida, como sendo uma parte representativa da população que se pretende estudar.

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2005), este tipo de amostragem, é utilizado quando a população-alvo do estudo, é muito numerosa e existe necessidade de se recolher uma ideia que seja o mais aproximadamente possível à que seria obtida se a população total alvo do estudo fosse interrogada (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Neste sentido, os sujeitos alvo da ação foram escolhidos de acordo com a técnica de amostragem não probabilística por conveniência, uma vez que não foram escolhidos de forma aleatória. A amostra por conveniência, é constituída por ser “(...) o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem (...). O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo” (Prodanov & Freitas, 2013, 98).

O grupo de participantes escolhido, foram os professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica do Instituto nomeadamente, Escola Superior Agrária, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Saúde e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Os professores responsáveis possuem idades compreendidas entre os 35 anos e mais de 65, sendo que 2 professores têm entre os 45 a 54 anos e os 55 a 64 anos, 1 professor tem entre os 35 a 44 anos e 1 professor tem 65 ou mais, são maioritariamente do sexo feminino, sendo que 1 é do sexo masculino, são naturais de Beja e Moçambique e os restantes professores são da Covilhã, Aljustrel e Portimão.

Relativamente aos anos de serviço a maioria dos professores tem mais de 20 anos de serviço e possuem como grau académico o mestrado, os professores têm áreas científicas de formação académica desde o desporto, a geologia, a gestão e administração, as ciências económicas e empresariais, o ambiente/química, a enfermagem à engenharia alimentar, relativamente às áreas de docência são de gestão, desportos de natureza, património; didáticas da ciência, ciências da terra, geografia de Portugal; gestão e administração/marketing e contabilidade; ambiente/ química; enfermagem e saúde infantil; enfermagem pediátrica; enfermagem e engenharia alimentar.

3. Cronograma

O cronograma é uma ferramenta que ajuda no planeamento, monitorização e controlo, é um processo de análise das atividades e do seu tempo de duração, existem vários tipos de cronogramas, mas o mais conhecido e que irá ser utilizado é o Diagrama de Gantt.

O Diagrama de Gantt foi criado por Henry Gantt, relaciona o tempo e as atividades, sob forma de colunas e linhas. Nas colunas estão dispostas as atividades propostas no projeto e nas linhas o espaço temporal em que as mesmas irão decorrer (Júnior & Santos, 2015).

Tabela 3- Cronograma

Atividades	Ano de 2023					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Atividade 1- Entrevista aos professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica						X
Atividade 2- Inquérito por Questionário aos alunos que participam no Programa Eco-Escolas						X

Fonte: Elaboração própria

4. Metodologia de Investigação

Este capítulo tem como finalidade descrever a metodologia utilizada na componente empírica da investigação, ou seja, pretende-se fazer a explicação detalhada dos métodos e das técnicas que conduziram o processo investigativo, podendo alcançar os objetivos para o estudo que se traduzem em responder às perguntas de investigação.

Para Michel Thiollent, o objetivo da metodologia é: “analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar as suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou implicações de sua utilização. (...) A metodologia é também considerada como modo de conduzir a pesquisa. Neste sentido, a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. (Thiollent, 1992, p.25).

A pesquisa científica envolve a execução de um estudo cuidadosamente planeado, onde o método utilizado para investigar o problema em questão é o que confirma o caráter científico à pesquisa. Tem como objetivo alcançar respostas para questões mediante a aplicação do método científico. Parte de um problema, de uma interrogação e para que seja possível solucionar o problema, são propostas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa, "Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação." (Prodanov & Freitas, 2013, p. 43).

Deste modo, atendendo às especificidades da presente investigação e de forma a alcançar os objetivos definidos, selecionou-se como abordagem metodológica o estudo de caso.

O estudo de caso tem se tornado uma abordagem metodológica cada vez mais utilizado na investigação nas Ciências Sociais e Humanas (Yin,1994, cit. Coutinho, 2020, p. 373) e caracteriza-se pelo “facto de se tratar de um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: o “caso”” (Coutinho, 2020, p. 374). Sendo que o “caso” pode-se apresentar em seis categorias: indivíduos; atributos dos indivíduos; atos de comportamento; ambientes, incidentes e acontecimentos; e ainda coletividades (Punch, cit. Coutinho, 2020, p. 374).

Já segundo Gil (2010) o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (Gil, 2010, cit. Prodanov & Freitas, 2013, p.60).

De acordo com Boaventura (2004 “(...) possui uma metodologia de pesquisa classificada como aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais.” (Boaventura, 2004, cit. Prodanov & Freitas, 2013, p.60).

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa pode ser de natureza quantitativa ou qualitativa. Quanto à primeira, “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (...).” (Prodanov & Freitas, 2013, p.69).

Já a pesquisa qualitativa, “(...) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” “(...) a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo” (Prodanov & Freitas, 2013, p.70).

A presente investigação, pode-se classificar como análise qualitativa. O estudo foi desenvolvido no Instituto Politécnico de Beja, onde a intenção da investigadora consistia em entrevistar os professores das unidades orgânicas e inicialmente tendia para se aplicar questionários aos alunos que participam no Programa Eco-Escolas.

5. Técnicas de Recolha de Dados

As técnicas de recolha de dados têm, na sua base, ações elementares como observar, ler e perguntar, sendo que a “definição dos procedimentos inerentes à recolha de dados está subordinada ao tipo de informação necessária ao esclarecimento do problema da investigação” (Caixeiro, 2014, p. 382).

Como técnicas de recolha de informação no na presente investigação recorreu-se à análise documental e o inquérito por entrevista.

5.1- Análise Documental

A análise documental engloba todas as pesquisas realizadas para que se compreenda melhor a nossa problemática, ou seja, todas as pesquisas dos diversos documentos já produzidos, nomeadamente, livros, dissertações, artigos e revistas científicas sobre a temática em estudo, pois a análise documental baseia-se na análise desses mesmos documentos, bem como na análise de toda a informação recolhida, permitindo-nos uma maior e melhor compreensão do estudo (Silva, 2012, p. 48).

5.2- Inquérito por Entrevista

O inquérito por entrevista está também inserido na observação indireta, não participante.

A entrevista é um método de recolha de informação, constituído por perguntas, na qual o entrevistado deve manter a imparcialidade e o contacto visual com o seu interlocutor (Quivy & Campenhoudt, 1998) é por excelência um método de recolha de informação, pois implica uma interação entre o entrevistado e o investigador, onde permite ao investigador adquirir informação que não seria possível sem uma entrevista.

Pode-se classificar a entrevista de acordo com três estruturas: não estruturada ou informal, onde não existe um guião prévio é mais vista como uma conversa informal da qual as questões emergem de um contexto imediato; a semiestruturada, onde existe um guião previamente preparado, mas não há uma imposição rígida de questões, apresenta um elevado grau de liberdade na exploração das respostas dadas pelo entrevistado, e por fim a estruturada onde as questões são previamente programadas e feitas de acordo com o que foi definido anteriormente, não há uma flexibilidade e espontaneidade no processo de recolha de informação (Amado, 2014).

Deste modo, tendo em conta a abordagem metodológica - o estudo de caso – e pela sua maleabilidade e flexibilidade, optou-se por recorrer à condução de

entrevistas semiestruturada, compostas por questões abertas, orientadas por um guião inicial (Ver apêndice IV).

A construção do guião de entrevista teve por base a questão de partida, o objetivo geral, os objetivos específicos da investigação.

A entrevista, foi então realizada aos professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica responsáveis por cada Unidade Orgânica do IPBeja, onde foi feita uma proposta de entrevista individual, mas alguns professores fizeram a contraproposta de serem realizadas em pares, as entrevistas foram aplicadas por Via ZOOM.

O modelo de análise que se apresenta de seguida, esquematiza as dimensões, categorias e subcategorias que são aferidas mediante as referidas técnicas de recolha de dados.

Tabela 4- Modelo de análise

Conceito	Dimensões	Categorias	Subcategorias
Educação para o desenvolvimento sustentável	Grau de compreensão sobre EDS	Significado do Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber a importância do Desenvolvimento Sustentável - Identificação dos 17 ODS - Identificar as dimensões do DS - Perceber a relação entre os ODS e a EDS -Perceber como funciona a educação para a sustentabilidade no ensino superior
Programa Eco-Escolas	Contributo do Programa Eco-Escolas nas Instituições de Ensino Superior para o ODS 4	Programa Eco-Escolas	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber a relação entre o Programa Eco Escolas do IPBeja e a EDS - Desenvolvimento da metodologia dos 7 passos Eco-Escolas - Perceber como funciona o Programa Eco-Escolas no IPBeja. - Perceber como os alunos são envolvidos no Programa Eco- Escolas.

Fonte: Elaboração própria

6. Técnicas de análise e tratamento de Dados

A investigação que se apresenta recorreu como técnica para análise e tratamento, a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é frequentemente utilizada na análise de texto, onde os dados se convertem na forma de texto escrito ou oral (Coutinho, 2020, p. 217),

Pode-se afirmar que a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p. 31).

“A análise de conteúdo é, pois, um conjunto de técnicas que permitem analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/ frases/ temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior (Coutinho, 2020, p. 217)”.

O objetivo da análise de conteúdo consiste, em descrever as situações e interpretar o sentido do que foi dito, permitindo, assim, uma dimensão descritiva “(...) quando falamos em investigação empírica, falamos de uma série de operações como descrever os fenómenos (nível descritivo), descobrir as suas covariações ou associações (nível correlacional e grosso modo objetivo da análise categorial) e ainda descobrir relações de causalidade / de interpretação das dinâmicas sociais em estudo (nível interpretativo e grosso modo correspondente à análise tipológica)” (Guerra, 2006, p. 69).

A análise de conteúdo como técnica de análise e tratamento de dados foi aplicada sobre as 7 entrevistas semiestruturadas em profundidade, que foi composta por algumas fases, nomeadamente, a fase da gravação e da leitura da mesma, da transição da entrevista para formato Word, de forma a ser mais explícito, selecionou-se em cada entrevista, as unidades de registo e organizando-as por categoria e subcategoria, na grelha previamente elaborada. (Ver apêndice V)

Todos os dados foram recolhidos e tratados tendo por base o princípio do anonimato e da confidencialidade da pessoa.

Na primeira parte da entrevista realizada a cada professor/a responsável de cada unidade orgânica, foi feita um levantamento das informações pessoais sobre o entrevistado, de modo a caracterizá-lo nas questões de idade, género, naturalidade, anos de serviço, grau académico, área científica de formação académica, áreas de docência, áreas de desenvolvimento do Programa Eco-Escolas e o tempo de colaboração no Programa Eco-Escolas.

Na segunda parte da entrevista, teve como objetivo a perceção sobre a educação para o desenvolvimento sustentável, destacando-se o conceito de educação para o desenvolvimento sustentável; quais são as dimensões de operacionalização no IPBeja; perceber como é que as temáticas da educação para o desenvolvimento sustentável estão presentes no instituto/ curso/ atividades da escola; identificar a relação entre o Programa Eco-Escolas do IPBeja e a educação para o desenvolvimento sustentável; que estratégias foram utilizadas para minimizar os efeitos da Pandemia na implementação do Programa Eco-Escolas e que projetos são destacados como boas-práticas do Programa Escolas.

Na terceira e última parte, remete para a identificação/ envolvimento onde se destaca a perceção de como os alunos são envolvidos, no processo de implementação de um projeto ambiental e perceber como é que o IPBeja implementa a metodologia dos 7 passos; os efeitos mais relevantes do Programa Eco-Escolas no IPBeja e alguns aspetos positivos/ negativos e o que é sugerido como proposta de mudança.

7. Análise dos resultados

Com o propósito de dar resposta à questão de partida, ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos para a investigação em curso, a análise dos resultados que se apresenta resulta das entrevistas semiestruturadas efetuadas. Os resultados são apresentados de acordo com as seguintes categorias:

I- Identificação

II- Perceção sobre a educação para o desenvolvimento sustentável.

III- Participação- Envolvimento

I- Identificação

Anteriormente já foi feita a caracterização dos professores responsáveis.

As áreas de desenvolvimento do Programa Eco-Escolas estão relacionadas de acordo com as entrevistas, espaços exteriores/verdes; resíduos; alimentação saudável; água e biodiversidade; energia; mobilidade e reciclagem.

A maioria dos professores responsáveis colabora no Programa Eco-Escolas há dois anos, os restantes estão há 9,8 e 5 anos.

II- Perceção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

A maioria dos professores refere que a educação para o desenvolvimento sustentável é a sensibilização ambiental através da promoção do desenvolvimento sustentável na comunidade escolar.

Quando questionados sobre as dimensões de operacionalização no IPBeja, as respostas são bastantes diversificadas, uns professores respondem que está relacionado com a mobilização dos alunos, ou que está mais relacionado com a dimensão social, através da integração dos docentes ou até mesmo dos parceiros (EMAS, EDIA, Câmara Municipal de Beja e Junta de Freguesia), outros professores respondem que está relacionado com os espaços exteriores/verdes, a alimentação, manter a biodiversidade e a poupança de água.

As temáticas da educação para o desenvolvimento sustentável não estão muito presentes no politécnico, os professores referem que há cursos mais propícios nomeadamente a ESE e Agrária, na ESTIG também há cadeiras que abordam as questões da sustentabilidade. Também se pode constatar que não há muitas atividades.

Sobre a relação do Programa Eco-Escolas do IPBeja e a EDS, a maioria dos professores refere que a relação é grande, mas que poderia ser melhor, devido ao facto de não ser algo obrigatório nos currículos, quem quer abordar sobre a EDS na sua cadeira aborda, quem não quer não aborda.

Só quatro professores faziam parte do Programa Eco-Escolas durante a Pandemia, logo esses referem que fizeram as atividades online, nomeadamente o dia Eco-Escolas, palestras sobre a água e a biodiversidade, o feedback que tiveram foi positivo, pois mais pessoas ficaram interessadas no programa.

Como projetos de boas práticas do Programa Eco-Escolas, os professores referem a reciclagem e a biodiversidade, uma aplicação relacionada com resíduos, na Agrária existe um local para equipamentos eletrónicos e há uma disciplina de embalagens, onde é feito o apelo à sensibilização do consumo de plástico.

III- Participação- Envolvimento

Em relação ao envolvimento dos alunos, os professores referem que é muito difícil, porque alguns alunos acham que o PEE está ainda muito dirigido para os alunos até ao ensino secundário, já os alunos de enfermagem e de terapia como estão muito tempo fora em estágio é difícil estarem presente nas atividades/reuniões, mas de forma geral todos os professores acham que há pouca adesão ao programa.

Todos os professores responsáveis têm conhecimento da metodologia dos 7 passos, relativamente à execução do conselho Eco-Escolas, e consideraram que correu bem, são contactadas todas as escolas e os parceiros.

Em relação à auditoria ambiental, todos os professores participaram.

Quem participa e elabora o Plano de Ação são todos os professores responsáveis e pedem contributos aos restantes docentes, funcionários e alunos, mas há poucos contributos.

A avaliação e monitorização do programa é feito de forma informal, observação direta, fotografias no fim é feito um relatório onde é feita a monitorização do que foi feito ao longo do ano e o que falta realizar.

A integração das ações nos currículos, não é feito de forma oficial, mas há docentes que tentam integrar nas suas cadeiras, são maioritariamente atividades extra currículo, mas que são feitas em sala de aula, há algumas disciplinas que tem sido sucesso, nomeadamente, em informática, na aplicação de resíduos, em enfermagem e terapia há unidades curriculares onde os alunos produzem ajudas para os utentes utilizarem feitos a partir de materiais recicláveis.

Em relação à promoção de informação e envolvimento da escola e comunidade escolar, são utilizados cartazes, panfletos, e-mail, divulgação na página do Facebook e gabinete de imagem e comunicação, comunicação com os parceiros e um placar relativo a informações sobre o Programa Eco-Escolas.

A participação dos alunos, professores e funcionários na conceção do Eco-Código, a maioria dos professores responsáveis refere que é má, porque são recolhidas algumas ideia-chave para se colocarem no cartaz e os contributos dos alunos são muito poucos, já os funcionários e os docentes não participam.

Os efeitos mais relevantes do Programa Eco-Escolas no IPBeja são segundo os professores responsáveis, a sensibilização da comunidade para as questões que o programa trabalha e na reciclagem.

Como aspetos positivos do programa, os professores referem de forma geral a sensibilização e participação dos alunos, reciclagem, a colaboração entre as escolas, já como aspetos negativos do programa são referidos a falta de divulgação, a dificuldade de adesão da comunidade do IPBeja, os gastos de água e energia, não haver estratégias no politécnico, não haver ações obrigatórias.

Como proposta de melhoria os professores sugerem haver mais atividades, haver mais disponibilidade por parte dos professores para trabalharem no

programa e arranjar-se estratégias para motivarem as pessoas a aderir ao programa.

8. Discussão dos resultados

A discussão dos resultados é uma das etapas mais importantes no estudo de investigação, pois esta permite dar relevância aos resultados obtidos na investigação, assim como fazer uma articulação com a fundamentação teórica desenvolvida anteriormente.

Deste modo, no que diz respeito ao conceito de educação para a sustentabilidade, os entrevistados, genericamente vão de encontro com a literatura apresentada, pois como foi referido anteriormente, segundo a UNESCO (2005) a EDS é um esforço vital e eterno que desafia todos a olhar para o dia de amanhã, as nossas ações terão consequências, e é nosso dever mudar as nossas atitudes/comportamentos.

“É termos consciência que as nossas ações têm reflexos no planeta terra, (...) através da educação todas as nossas ações têm reflexos positivos ou negativos no planeta terra/ sustentabilidade, devemos mudar as nossas atitudes.” - **EC**

“Visa promover o desenvolvimento sustentável na comunidade escolar, deve haver uma sensibilização ambiental, implementação de práticas sustentáveis.” - **ED**

A EDS visa então desempenhar um papel fundamental na consciencialização e capacitação das pessoas que pratiquem ações positivas e sustentáveis no seu dia-a-dia, a EDS é uma ferramenta poderosa para a criação de um futuro mais sustentável.

Quanto às dimensões do desenvolvimento sustentável, a maioria dos entrevistados refere que todas as dimensões são importantes e são pilares que tem que estar em simultâneo e em equilíbrio, que vai de encontro ao estudo Cravo (2018), que só depois de alcançar a harmonia entre os três pilares, só assim se irá promover a solidariedade entre gerações, apesar de todos referirem que os três pilares são importantes, há entrevistados que dão destaque aos aspetos ambientais, e há apenas uma entrevistada que dá destaque aos aspetos sociais

“Espaços exteriores, reciclagem, pontos de água potável”. – **EA e EB**

“Planeta, água, poupança de água”. - **EE**

“Social, através da integração dos docentes, envolvimento das pessoas da comunidade, EMAS, EDIA, Câmara, Junta de Freguesia, Liga portuguesa da natureza”. – **EC**

Apesar das dimensões destacarem-se em três pilares, todas estão interligadas, pois o desenvolvimento sustentável requer a abordagem integrada das dimensões, reconhecendo que o progresso em uma área pode influenciar as outras. Além disso é fundamental considerar que se deve garantir que as ações tomadas hoje não comprometam a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades.

Relativamente à metodologia dos 7 passos, que ocorre como já foi referido anteriormente, na segunda fase da metodologia do Programa, esta segundo os entrevistados ocorre no Instituto Politécnico de Beja, porque são obrigados a realizar todos os anos, junto de alunos, funcionários e professores.

O primeiro passo, de acordo com Gomes (s.d.), o conselho deverá ser composto por alunos, professores, pessoal não docente, pais e elementos representantes (Junta de Freguesia, Associações de Defesa do Ambiente, empresas) que segundo os entrevistados, há uma equipa, mas acaba por haver poucos contributos.

“Foi assegurado, desde 2016 que existe uma equipa sólida de alunos, professores e funcionários”. – **EA e EB**

“São contactados os parceiros: Câmara, EDIA, EMAS, junta de Freguesia (...) há poucos contributos”. - **EE**

Por um lado, verifica-se que o Conselho Eco-Escolas deveria ser composto por alunos, professores, pessoal não docente, pais e elementos representantes, mas por outro verifica-se que no IPBeja é composto por alunos, professores e funcionários, e também têm o apoio dos parceiros que são: a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a EDIA e a EMAS, o que significa uma falha na constituição do grupo.

O segundo passo, é a auditoria ambiental que todos os entrevistados tiveram conhecimento da auditoria ambiental, que como já foi referido anteriormente a auditoria ambiental, é utilizada como ferramenta de diagnóstico, onde é importante o envolvimento dos alunos.

“A auditoria ambiental é autorizada e lançada por cada equipa coordenadora que é feita através de inquéritos aos alunos, professores para recolha de dados”. – **EA e EB**

A participação e elaboração do plano de ação, os entrevistados referiram que é a equipa coordenadora, juntamente com ideias dos restantes elementos.

“Pedimos a todos os elementos da escola, mas há poucos contributos”. – **EE**

A monitorização e avaliação do Projeto, ocorre de forma informal, segundo os entrevistados e de acordo com Gomes (2008), analisam-se os gastos de água e luz através de faturas, e também é feita a análise das quantidades de reciclagens.

“Através de faturas de água e luz para conseguir comparar os gastos”.

“conseguiram analisar as quantidades de reciclagens papel, cartão e plástico, o papel depois é entregue ao banco alimentar”. – **EA e EB**

“Observação, vimos o plano e o que é preciso realizar”. - **EG**

O trabalho curricular, é apresentado pelos entrevistados como sendo uma falha, porque de acordo com a revisão de literatura, as temáticas de trabalho devem ser articuladas com as matérias curriculares, e como no IPBeja não é algo que seja obrigatório abordar nas aulas, alguns professores não abordam.

“Tentamos integrar, através dos trabalhos que são desenvolvidos com os alunos”. - **ED**

“Atividades do programa e tentar desenvolver em sala de aula, não está escrito nos currículos”. – **EC**

A informação e envolvimento da escola e da comunidade escolar no IPBeja, vai também de acordo com o estudo de Gomes (2008), onde o envolvimento de toda a escola e comunidade escolar é fundamental, pois há um placar disponível com todas as informações, atividades e panfletos, a divulgação do Dia Eco-Escolas é feita pela página do Facebook, através do e-mail e a divulgação no Gabinete de Imagem e Comunicação do IPBeja. Em relação à comunidade local é através mais dos parceiros e das empresas e parcerias.

“Existe um placar relativo a informações sobre o projeto eco escolas, também existe o Facebook”. – **EA e EB**

“Cartazes, panfletos, atividades desenvolvidas são publicadas no gabinete de imagem e comunicação”. – **ED**

“Temos os parceiros, com quem comunicamos, temos uma rede de contacto onde há colaboração empenho e partilha”. - **EF**

Em relação à participação dos alunos, professores e funcionários na conceção do Eco-Código, esta não se verifica de acordo com o que anteriormente foi referido, pois há pouca ou nenhuma participação por parte da comunidade escolar na conceção, os funcionários e os docentes não participam, os alunos é que às vezes ainda dão algumas ideias, mas depois são os professores responsáveis que elaboram o cartaz.

“Péssima, os alunos ainda participam, mas os funcionários e os docentes não participam”. – **EG**

“Recolhem-se ideias chave e depois outras pessoas reúnem-se e metem lá essas frases”. - **ED**

É importante também referir que durante as entrevistas, dos sete entrevistados apenas três “tocam” nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o que acaba por ser um grande contributo para este estudo. A EDS deve consciencializar as pessoas para os ODS, que foram definidos na Agenda 20/30 e de acordo com o Guia sobre Desenvolvimento Sustentável (2016), os ODS destinam-se a todo o ser humano, sem qualquer discriminação.

Os ODS baseiam-se nos 5 P: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, porque são consideradas as áreas cruciais para a Humanidade e para o Desenvolvimento Humano, de forma a fortalecer a paz universal e erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões.

O Programa Eco-Escola pretende encorajar o desenvolvimento de atividades, procurando uma metodologia de abordagem das questões ambientais, contribuindo para a alteração de comportamentos e do impacto das preocupações ambientais nas gerações futuras. Daí o Programa ser um contributo tão grande para a concretização dos ODS.

“A EDS deve consciencializar e chamar a atenção das pessoas para o DS para os ODS, como a água potável; uma educação de qualidade; poupança de energia; comunidades mais sustentáveis; produção e consumo mais sustentável; gestão; erradicar a pobreza”. - **ED**

“O PEE se estiver a funcionar em pleno, ele dá respostas ao ODS”. - **EF**

Parte III- Projeto de Intervenção

1- Projeto de Intervenção

De acordo com Serrano (2008),

(...) Um projeto é um avanço antecipado das ações a realizar para conseguir determinados objetivos. Deve apresentar uma unidade própria na medida em que tenta atingir determinados objetivos para cujo alcance efetivo requer uma estrutura interna que lhe permita alcançar o fim proposto (Serrano, 2008, 16).

Para que seja possível elaborar e concretizar um projeto de intervenção, devem ser definidos os objetivos e as metas que se pretendem alcançar com esse propósito.

O projeto, "(...) consiste essencialmente em organizar um conjunto de ações e atividades a realizar que implicam o uso e aplicação de recursos humanos, financeiros e técnicos numa determinada área ou setor (...)" (Serrano, 2008, 19).

De acordo com a necessidade de se reorganizar e tornar-se o trabalho mais eficaz, e após alguns contributos dados nas entrevistas realizadas aos professores responsáveis, referem que não terem um gabinete para poderem trabalhar ou até mesmo para se reunirem, surge a necessidade da criação de um gabinete para a sustentabilidade no IPBeja que visa dar apoio ao PEE e tem como principal objetivo:

- Contribuir para a mudança de comportamentos e de atitudes face ao ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

2- Objetivos da Intervenção

- 1- Criação de um espaço onde se possa perspetivar atividades para desenvolver no IPBeja;
- 2- Perceber de que forma se pode minimizar os gastos de água e energia;
- 3- Definir um horário para se trabalhar no Programa Eco-Escolas.
- 4- Alinhar o Plano Estratégico do IPBeja com os ODS.

- 5- Estabelecer um trabalho de articulação com a Associação de Estudantes.
- 6- Capacitar os professores com formação específica em áreas específicas da sustentabilidade.

3- Destinatários

A criação do gabinete para a sustentabilidade, como população alvo, requer o envolvimento de toda a comunidade académica, o envolvimento dos parceiros e o agrupamento de escolas do Baixo Alentejo.

4- Local de Realização

O local do gabinete seria no Edifício dos Serviços Comuns do IPBeja, visto ser o centro do politécnico e seria de fácil acesso para todos os envolventes.

5- Parceiros

É importante continuar a trabalhar com todos em parceria, nomeadamente os alunos, os professores, os funcionários, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a EDIA, a EMAS, a CIMBAL e futuramente também se poderia integrar os agrupamentos de escolas e Associação de Estudantes do IPBeja.

6- Planificação

O plano de Ação, segundo Guerra, descreve “de forma detalhada e sistemática, o que se pretende fazer, quando se pretende fazer, quem será encarregue das diferentes tarefas e quais os recursos necessários para as concretizar. Estas atividades decorrem da relação entre objetivos, meios e estratégias, pretendo a concretização dos objetivos já definidos” (Guerra, 2002, p.170).

De seguida, é apresentada a tabela do plano de ação, onde são apresentadas as atividades realizadas para o projeto de investigação.

Tabela 5- Grelha de planificação das atividades para o Projeto de Intervenção

Objetivos Específicos	Atividades	Recursos		Cronograma	Indicadores de avaliação
		Humanos	Materiais		
1	Articulação com os serviços administrativos	Comunidade académica	Sala Cadeiras Mesas Armários Computador Canetas Papel	Jan, fev, mar, abr, mai, jun	-Relatório final da implementação do Gabinete - Divulgação na página do IPBeja
2	Workshops Seminários Divulgação de cartazes	Comunidade académica	Cartazes Folhetos	Jan, fev, mar, abr, mai, jun	
3	Reuniões com a Presidência do IPBeja	Comunidade académica; Presidência do IPBeja;	Sala Cadeiras Mesas Papel Canetas	Início do ano letivo	
4	Reuniões com a Presidência do IPBeja	Comunidade académica; Presidência do IPBeja;	Sala Cadeiras Mesas Papel Canetas	Início do ano letivo	
5	Workshops Seminários Webinares	Associação de Estudantes; Comunidade Académica	Sala Cadeiras Mesas Papel Canetas	Jan, fev, mar, abr, mai, jun	
6	Formação de curta duração Ações de sensibilização	Professores	Salas Cadeiras Mesas Computadores Canetas Papel	Março	

Fonte: Elaboração própria

7- Duração do Projeto

Para a implementação do gabinete o tempo de duração seria numa primeira fase de um ano, em que seria um projeto piloto.

8- Avaliação

Em relação ao processo de avaliação, o mesmo é considerado como (...) um elemento constitutivo de qualquer processo educativo e está presente em todo o esboço de uma intervenção, desde a identificação de necessidades até aos objetivos traçados para a intervenção, o processo da sua realização ou execução e a etapa final dos resultados (...) (Serrano, 2008, 81).

Neste sentido, a avaliação do projeto será realizada no fim da sua implementação que seria no final do ano letivo e seria um relatório final sobre o processo de implementação e seria divulgado na página do IPBeja.

Conclusão

A presente investigação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo do Instituto Politécnico de Beja, teve como objeto de estudo compreender a Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBeja. Assim sendo, para que fosse possível alcançar este conhecimento foi necessário elaborar um enquadramento teórico, onde se abordaram os conceitos de desenvolvimento sustentável e educação para a sustentabilidade e o Programa Eco-Escolas, pois foram os grandes pilares desta investigação, e ainda há um grande caminho para se percorrer para se alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, temos que trabalhar todos para um só propósito: preservar o planeta terra.

Trilhou-se ainda um caminho a nível metodológico, adotando-se como abordagem metodológica o estudo de caso, utilizando-se como recolha de dados técnicas de investigação como a pesquisa documental e a entrevista, nomeadamente, a entrevista semiestruturada aos professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica responsáveis por cada Unidade Orgânica do Politécnico. Estava também previsto a aplicação de inquéritos por questionário aos alunos que participam no Programa Eco-Escolas, onde foi feito o pedido à presidência do IPBeja para a aplicação dos mesmos, mas até à data de hoje a investigadora não obteve qualquer resposta, não conseguindo assim aplicar os mesmos.

O Programa Eco-Escolas ainda tem uma estrutura muito direcionada para o 1º Ciclo e Secundário, mas acaba por ter um papel importante na promoção do desenvolvimento comunitário e sustentável, capacitando as escolas e as suas comunidades a adotar práticas mais ecológicas, conscientes e responsáveis.

O Programa Eco-Escolas visa aumentar a conscientização ambiental entre os estudantes, professores e funcionários da escola, promovendo uma maior conscientização sobre a importância da sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. A participação ativa da comunidade local, pais, empresas locais e organizações da sociedade civil, isso promove um senso de comunidade e

envolvimento em torno das questões ambientais. O envolvimento da comunidade é essencial para promover a sustentabilidade em nível local.

O Programa Eco-Escolas incentiva a mudança de comportamento em direção a práticas mais sustentáveis, não apenas na escola, mas também em casa e na comunidade. Isso pode incluir a redução do consumo de recursos, a reciclagem, a conservação da energia e a promoção de transporte sustentável. Essas mudanças de comportamento podem ter um impacto positivo no desenvolvimento comunitário, reduzindo o impacto ambiental e melhorando a qualidade de vida.

Depois desta investigação no Instituto Politécnico de Beja, é preciso redirecionar quais as licenciaturas que possam estar a garantir de uma forma mais consciente o desenvolvimento de competências alinhados com os objetivos do PEE.

Os entrevistados mostraram interesse, empenho pelo PEE, mas consideram que é necessário elevar o nível de organização e planeamento, para que seja possível ter uma intervenção mais eficaz do PEE, em termos de equipa consideram também que é preciso melhorar as sinergias e rentabilizar as competências.

Deixa-se como sugestão do projeto de intervenção a criação de um gabinete para a sustentabilidade do IPBeja, que assim fizesse a análise pormenorizada das unidades curriculares; formação de professores; desenvolvimento de atividades transversais a todas as licenciaturas/cursos do politécnico e envolver-se colaboradores e viria assim dar apoio ao PEE.

Referências Bibliográficas

- AIRO. (2012). Manual de Empreendedorismo Social uma abordagem sistêmica. Associação Industrial da Região Oeste e IPL- Instituto Politécnico de Leiria. https://www.academia.edu/9457435/Manual_de_Empreendedorismo_Social
- Almeida, M. S. B. (2014). Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem, (II).
- Amado, J. (2014). Manual de Investigação Qualitativa em Educação. https://www.academia.edu/29974582/Manual_de_Investiga%C3%A7%C3%A3o_Qualitativa_em_Educa%C3%A7%C3%A3o
- Araújo, G. C., Bueno, M. P., Sousa, A. A. e Mendonça, P. S. M. (2006) Sustentabilidade Empresarial: Conceitos e Indicadores, Anais do Convibra, 3 (Congresso Virtual Brasileiro de Administração). <https://silo.tips/download/iii-convibra-24-a-26-de-novembro-de-2006-2>
- Bakker, D. (1998). "In Search of Green Campuses: An Investigation of Canadian Universities. Environmental Initiatives and Implications for Dalhousie University", Tese de Mestrado em Estudos Ambientais, Universidade de Dalhousie, Halifax, Nova Escócia.
- Bardin, L. (2006). Análise de Conteúdo. Edições 70.
- Barkemeyer, R., Holt, D., Preuss, L. e Tsang, S. (2014). What Happened to the "Development" in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decades After Brundtland, Sustainable Development. <https://core.ac.uk/download/pdf/74370008.pdf>
- Bell, S. e Morse, S. (2008) Sustainability Indicators. Measuring the Immeasurable? Second edition, London, Earthscan Publications.
- Bizerril, M. X. A., Rosa, M. J. e Carvalho, T. (2018). Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa, Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, 23 (2), Sorocaba. <https://www.scielo.br/j/aval/a/GX4wV7LqXcgnh3FFJd68Lbf/?lang=pt>

Caixeiro, A. (2014). Liderança e cultura organizacional: O impacto da liderança do diretor na(s) cultura(s) organizacional(ais) escolar(es). (Tese de doutoramento, Universidade de Évora).

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11416?locale=pt>

Campello, L. G. B. & Silveira, V. O. (2016). Educação para o desenvolvimento sustentável (eds) e o greening das universidades, Revista Thesis Juris – RTJ, São Paulo, e ISSN 2317-3580, 5 (2), 549-572.

<https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/9053/3887>

Carmo, H. (2001). A atualidade do desenvolvimento como estratégia de intervenção social, Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

<http://hdl.handle.net/10400.2/1853>

Cascais, M. & Fachín- Terán, A. (2016). Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. Ciência em Tela, 7, 1-10.

<http://www.cienciaemtela.nutes.ufri.br/artigos/0702enf.pdf>

Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (2016). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável 17 objetivos para transformar o nosso mundo.

https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

Ceulemans, K., Molderez, I. & Van, L. L. (2014) Sustainability reporting in higher education: a comprehensive review of the recent literature and paths for further research, Journal of Cleaner Production, 106, 127-143. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/280714542_Sustainability_reporting_in_higher_education_A_comprehensive_review_of_the_recent_literature_and_paths_for_further_research

Cole, L. (2003). “Assessing Sustainability on Canadian Universities Campuses: Development of a Campus Sustainability Assessment Framework”, Tese de Mestrado em Arts in Environment and Management, Royal Roads University, Canadá.

http://www.gresi-cetai.hec.ca/humaniterre/campus_durable/campus_memoire.pdf

Cordani, U. G. (1995). As Ciências da Terra e a mundialização das sociedades, *Estudos Avançados*, 9 (25) São Paulo. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8884>

Coutinho, C. P. (2020) – Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teorias e prática. 2.^a ed. rev. e atualizada. Coimbra: Almedina.

Couto, A., Alves, M., Matos, A. & Carvalho, P. (2005) Universidade na Transição para a Sustentabilidade: Tendências, Estratégias e Práticas, In III Seminário Internacional, Rede Alfa PLanGIES, Costa Rica, Universidade Nacional da Costa Rica. https://www.researchgate.net/publication/262638464_Universidade_na_transicao_para_a_SustentabilidadeTendencias_estrategias_e_praticas

Cravo, R. N. (2018) A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos, Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/35290>

Feil, A. A. e Schreiber, D. (2017) Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: desvendando as Sobreposições e Alcances de Seus Significados, *Cadernos EBAPE.BR*, 15 (3), 667-681. <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hvbYDBH5vQFD6zfjC9zHc5g/abstract/?lang=pt>

Fenrinha, M. A. P. C. (2011). Contributo da Educação Ambiental/EDS para a Construção da Cidadania no Currículo 1.º Ciclo do Ensino Básico. (Dissertação). Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/13106>

Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 1134-144. <https://www.redalyc.org/pdf/2930/293055456006.pdf>

Freitas, M. (2006). Educação Ambiental e ou Educação para o desenvolvimento sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. *Revista Iberoamericana de Educación*, 041(maio - agosto).

Gadotti, M. (2005). A questão da Educação formal/não-formal. *institut international des droits de l'enfant (ide) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse)*.

Gil, D. & Vilches, A. (2006). Debates en torno a la sostenibilidad: ¿ Como lograr la implicación generalizada de los educadores? In López, A. Peinado, V. López, M. Prieto Ruz, T. CTS – Las Relaciones CTS en la Educación Científica. Málaga: Área de conocimiento de Didáctica da las Ciências Experimentales.

Gomes, J. S. J. C. (2009). Programa Eco-Escolas: um contributo para a sua avaliação. (Lisboa): (s.n.). Universidade Aberta. https://ecoescolas.abae.pt/wp-content/uploads/sites/3/2015/04/TMCAP_JoaoGomes.pdf

Gomes, M. (s/d). Documentação - Guia Eco-Escolas. Associação Bandeira Azul da Europa https://ecoescolas.abae.pt/plataforma/docs/Guia_do_professor.pdf

Guerra, I. C. (2002). Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação. O planeamento em Ciências Sociais.

Guerra, I. C. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia

Hill, S.B., Wilson, S., Watson, K. (2004). Learning Ecology. A New Approach to Learning and Transforming Ecological Consciousness. In: O'Sullivan, E.V., Taylor, M.M. (eds) Learning Toward an Ecological Consciousness: Selected Transformative Practices. Palgrave Macmillan, New York. https://doi.org/10.1007/978-1-349-73178-7_4

Hulme, M. (2009). Why We Disagree about Climate Change: Understanding Controversy, Inaction and Opportunity. Cambridge: Cambridge University Press. <https://www.mikehulme.org/wp-content/uploads/2009/10/Hulme-Carbon-Yearbook.pdf>

Júnior, A., & Santos, C. (2015). A Gestão de Cronograma em Empresas de Engenharia civil: Um estudo sobre os fatores determinantes. Revista de Gestão e Projetos.

Madeira, A. F. D. (2008) Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12228/1/Texto%20integral.pdf>

Magalhães, P. M. S. (2014). Abordagem pedagógica-didática da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Universidade de Engenharia).

<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/5194/1/Tese%20Pedro%20Magaalhaes.pdf>

Matos, A., Cabo, P., Ribeiro, M. & Fernandes, A. (2015) As Instituições de Ensino Superior Perante a Problemática Ambiental, EDUSER: revista de educação, 7 (2), 13-40. ISSN 1645-4774. DOI: As Instituições de Ensino Superior Perante a Problemática Ambiental | EduSer (ipb.pt)
<https://doi.org/10.34620/eduser.v7i2.64>

Okado, G. e Quinelli, L. (2016). Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas.
<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266>

Oliveira, A. (2015). Revitalizar profissões tradicionais no Baixo Alentejo para o desenvolvimento comunitário e empreendedorismo. [Dissertação de mestrado não publicada]. Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação.
<http://hdl.handle.net/20.500.12207/4600>

Oliveira, P. F. R., Oliveira, B. F. & Rohrich, S. S. (2016) Sustentabilidade em instituições de ensino superior: uma revisão sobre as conferências internacionais para a sustentabilidade em IES, Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, ISSN: 2359-1048.
<https://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/242.pdf>

Prodanov, C., & Freitas, E. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico. Novo Hamburgo, Brasil: Feevale.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, Fernando B. (2017) Uma Sociologia do Desenvolvimento; V. N. Famalicão; Húmus: pp. 115-138.

Sachs, J. D. (2015) The age of sustainable development, New York: NY Columbia University Press.

Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: Casos práticos*. Porto: Porto Editora

Schmidt, L., Nave, J. G. Guerra. (2010). *Educação Ambiental. Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. ICS press.

Silva, E. (2004). *Direito à Educação e Educação para todos numa sociedade em Desenvolvimento- O caso de Angola*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra. *Direito à educação e educação para todos numa sociedade em desenvolvimento :o caso de Angola - CORE Reader*

Silva, M. (2020). *ABC Dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. <https://rumoa2030.pt/wp-content/uploads/2021/03/ABC-ODS-Professores.pdf>

Silva, M. G. C. (2012). *O Agir Profissional do Assistente Social: um estudo de caso sobre a Prática Profissional do Assistente Social no Centro de Actividades Ocupacionais da APPACDM de Braga*. (Dissertação de Mestrado Universidade Católica Portuguesa). <http://hdl.handle.net/10400.14/8929>

Simões, M. T. R. (2008). *Coordenação do programa Eco-Escolas: candidatura ao galardão Bandeira Verde 2008*. (Dissertação de Mestrado Universidade do Porto). <https://hdl.handle.net/10216/58405>

Thiollent, M. (1992). *Metodologia da Pesquisa-Ação* (5ª ed.). São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados (Tradução brasileira; edição original, 1997).

Trigo, A. G. M., Lima, R. da S. X., & Oliveira, D. M. de. (2014). *Índice de sustentabilidade socioambiental no ensino*. *Revista De Administração Da UFSM*, 7, 07–22. <https://doi.org/10.5902/1983465912771>

UNESCO. (2005). *United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2004-2005*, New York. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por

Viegas, S. F. S. e Cabral, E. R. C. (2015) *Práticas de Sustentabilidade em Instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional*, *Revista GUAL*, Florianópolis, 8 (1), 236-259.

Webgrafia

Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (2017/outubro). Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Transformar o nosso Mundo.

<https://www.adcoesao.pt/agenda-2030-de-desenvolvimento-sustentavel-transformar-o-nosso-mundo/>

BCSD. (s.d.) O que é a Sustentabilidade?

<https://bcdsportugal.org/sustentabilidade/>

Diário da República. (s.d.). Declaração dos direitos humanos.

<https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>

Direção Geral da Educação. (s.d.) Projeto Eco-Escolas.

<https://www.dge.mec.pt/projeto-eco-escolas>

Instituto Politécnico de Beja (s.d.) Missão.

<https://www.ipbeja.pt/SOBREIPBEJA/Paginas/Miss%C3%A3o.aspx>

Programa Eco-Escolas. (s.d.). Folheto Síntese Eco-Escolas.

<https://ecoescolas.abae.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/09/Programa-Eco-Escolas-SINTESE.pdf>

Rede Campus Sustentável (s.d.). <http://www.redecampussustentavel.pt/>

RTP Notícias. (2019/setembro). Portugal é o 26º país sustentável do mundo.

https://www.rtp.pt/noticias/pais/portugal-e-o-26o-pais-mais-sustentavel-do-mundo_a1172123

APÊNDICES

Apêndice I-Email enviado à Presidência do Instituto Politécnico de Beja

À Direção Do Instituto Politécnico de Beja

Assunto: Pedido para realização de uma investigação científica

Exma. Sra. Presidente Maria de Fátima Nunes de Carvalho

Eu, Elisa Raquel Santana Nicha aluna número 16189, do 2.^a ano do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo da Universidade Instituto Politécnico de Beja, venho por esta, solicitar a colaboração da vossa prestigiada instituição, no sentido de autorizar a recolha de dados, para fins de investigação científica relativa a Dissertação para obtenção de grau de Mestre, sob orientação da Professora Doutora Maria Inês de Campos de Sousa Faria.

Os dados serão recolhidos mediante questionários, aplicados à comunidade académica, nomeadamente aos alunos que fazem parte do Programa Eco-Escolas, no âmbito da pesquisa “Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBeja”.

Para além de se apresentarem em todos os momentos (recolha, tratamento e divulgação), sob a forma de anonimato, destinam-se apenas a esta investigação, sendo garantidas todas as normas de confidencialidade.

Com os meus melhores cumprimentos,

Mestranda Elisa Raquel Santana Nicha

Apêndice II-Pedido de entrevista enviado por email aos Professores responsáveis do Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica

Exmo/ Professor

Exma/ Professora

Chamo-me Elisa Nicha estudante do Mestrado de Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo no Instituto Politécnico de Beja e gostaria de solicitar a sua colaboração no âmbito do estudo da Dissertação sobre o tema "Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBEJA". O estudo centra-se em torno da questão "Em que medida o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja promove a Educação para o Desenvolvimento Sustentável?", seguindo o Objetivo Geral: "Saber como o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Escolar" pretendendo dar resposta aos seguintes objetivos de estudo:

- Conhecer a perceção da comunidade académica do IPBeja sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- Averiguar sobre a implementação da metodologia dos 7 passos do PEE no IPBeja.
- Analisar as potencialidades e os constrangimentos do PEE do IPBeja da implementação dos ODS nas Instituições de Ensino Superior.
- Identificar o desenvolvimento de competências dos estudantes que participam no PEE.

Neste âmbito enquanto docente do Programa do Eco-Escolas, muito gostaríamos de contar com a sua colaboração mediante a sua disponibilidade para o dia XX às XX horas com uma duração de 30 a 45 minutos para a realização de uma entrevista que poderá ser via ZOOM.

Apêndice III-Consentimento Informado

Assunto: Termo de Consentimento Informado – Entrevistado

Chamo-me Elisa Nicha estudante do Mestrado de Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo no Instituto Politécnico de Beja e gostaria de solicitar a sua colaboração no âmbito do estudo da Dissertação sobre o tema "Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBEJA". O estudo centra-se em torno da questão "Em que medida o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja promove a Educação para o Desenvolvimento Sustentável?", seguindo o Objetivo Geral: "Saber como o Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Escolar" pretendendo dar resposta aos seguintes objetivos de estudo:

- Conhecer a perceção da comunidade académica do IPBeja sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- Averiguar sobre a implementação da metodologia dos 7 passos do PEE no IPBeja.
- Analisar as potencialidades e os constrangimentos do PEE do IPBeja da implementação dos ODS nas Instituições de Ensino Superior.
- Identificar o desenvolvimento de competências dos estudantes que participam no PEE.

Declaro que é de minha livre e espontânea vontade participar na entrevista sobre Programa Eco-Escolas do Instituto Politécnico de Beja contribui para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Escolar e tomei conhecimento dos objetivos em estudo e estou disponível para participar na entrevista.

**Apêndice IV- Guião de Entrevista aos professores responsáveis do
Programa Eco-Escolas por cada unidade orgânica**

A presente entrevista enquadra-se no âmbito de uma Dissertação que está a ser desenvolvida no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo no Instituto Politécnico de Beja, em torno da temática da **Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBeja.**

Agradece-se desde já a sua colaboração na aplicação do presente instrumento de recolha de dados, com a garantia de que os mesmos, para além de se apresentarem em todos os momentos (recolha, tratamento e divulgação), sob a forma de anonimato, destinam-se apenas a esta investigação, sendo garantidas todas as normas de confidencialidade.

A entrevista está organizada em três partes:

Parte I- Identificação

Parte II- Perceção sobre a educação para o desenvolvimento sustentável.

Parte III- Participação- Envolvimento

Parte I

- 1- Idade
 - a) 19 a 24 anos
 - b) 25 a 34 anos
 - c) 35 a 44 anos
 - d) 45 a 54 anos
 - e) 55 a 64 anos
 - f) 65 ou mais.
- 2- Género
 - a) Feminino
 - b) Masculino
- 3- Naturalidade
- 4- Anos de Serviço
 - a)1 – 3
 - b)4 – 10
 - c)11 – 15
 - d)16 – 20
 - e)21 – 30
 - f)>30
- 5- Grau Académico
 - a) Licenciatura
 - b) Mestrado
 - c) Doutoramento
 - d) Outro

- 6- Área Científica de formação académica
- 7- Áreas de Docência
- 8- Áreas de desenvolvimento do Programa Eco-Escolas. (Indique 3)
- 9- Há quanto tempo colabora no Programa Eco-Escolas?

Parte II

- 1- O que entende ser a Educação para o desenvolvimento sustentável?
- 2- Quais as dimensões que considera mais relevantes de operacionalização no IPBeja?
- 3- Na sua opinião, como é que classifica as temáticas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável estão presentes no Instituto/ Curso/ Atividades da Escola?
 - Nas atividades do IPBeja
 - Nas atividades relacionadas com os cursos
 - Em Unidades Curriculares
 - Em Projetos
 - Em atividades Extracurriculares
- 4- Qual a sua opinião sobre a relação entre o Programa Eco-Escolas do IPBeja e a EDS?
- 5- Que estratégias foram utilizadas para minimizar os efeitos da Pandemia na implementação do Programa Eco-Escolas?
- 6- Que projeto destaca como uma boa prática do Programa Eco-Escolas e porquê?

Parte III

- 1- Como são envolvidos os alunos no processo de implementação de um projeto de educação ambiental no âmbito do Programa Eco-Escolas?
- 2- Como responsável tem conhecimento da Metodologia dos 7 Passos?

Se sim:

- 1) Como é que considera que foi executado o conselho Eco-Escolas?
- 2) Teve conhecimento da realização da auditoria ambiental?
- 3) Quem participa e elabora o Plano de Ação?
- 4) Como é feita a avaliação e monitorização do Projeto?
- 5) De que forma se tem procedido à integração destas ações nos currículos?
- 6) Que estratégias são ativadas para promoverem a informação e envolvimento da escola e comunidade local?
- 7) Como considera a participação dos alunos, professores e funcionários na conceção do Eco-Código?

- 3- Enuncie 2 efeitos que considera mais relevantes do Programa Eco-Escolas no IPBeja?
- 4- Indique, na sua opinião, três aspetos positivos e três aspetos negativos do Programa Eco-Escolas.
- 5- O que sugere como proposta de melhoria?

**Apêndice V- Inquérito por questionário aos estudantes que participam no
PEE**



Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBeja

O presente questionário enquadra-se no âmbito de uma Dissertação que está a ser desenvolvida no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo no Instituto Politécnico de Beja, em torno da temática da **Educação para o Desenvolvimento Sustentável- O caso do Programa Eco-Escolas no IPBeja**.

Agradece-se desde já a sua colaboração na aplicação do presente instrumento de recolha de dados, com a garantia de que os mesmos, para além de se apresentarem em todos os momentos (recolha, tratamento e divulgação), sob a forma de anonimato, destinam-se apenas a esta investigação, sendo garantidas todas as normas de confidencialidade.

O questionário está organizado em quatro partes:

Parte I- Caracterização Pessoal

Parte II - Perceção sobre a educação para o desenvolvimento sustentável.

Parte III - Programa Eco-Escolas

Parte IV- Competências que adquiriram com a participação no Programa Eco-Escolas

Parte IV- Competências que adquiriram com a participação no Programa Eco-Escolas

* Obrigatório

Parte I- Caracterização Pessoal

1. Idade *

19 a 24 anos

25 a 34 anos

35 a 44 anos

45 ou mais.

2. Género *

- Feminino
- Masculino

3. Naturalidade *

Introduza a sua resposta

4. Qual o curso e ano que frequenta? *

Introduza a sua resposta

Seguinte

Obrigado

Parte II- Perceção sobre a educação para o desenvolvimento sustentável

5. O que entendes por Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)? (Selecione a opção que consideras adequada)

*

- 5.1- Educação Ambiental
- 5.1.2- A EDS é promotora dos princípios de sustentabilidade
- 5.1.3- Deve estar no quotidiano de cada indivíduo e relacionar-se com a vida local e perceber que as ações locais podem ter efeitos globais

6. Na tua perspetiva, de que formas o Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) contribui para o Desenvolvimento Sustentável? (Para responder a esta questão utiliza a escala de 1 a 5, em que 1 é Discordo Totalmente e 5 é Concordo Totalmente).

*

1- Discordo Totalmente 2- Discordo 3- Indiferente 4- Concordo 5- Concordo Totalmente 6- Não sei/NR

6.1- Integrando o conceito de desenvolvimento sustentável no ensino e na investigação

6.2-
Realizando
ações que
promovam o
desenvolvime
nto
sustentável
nas suas
unidades
orgânicas

6.3-
Incentivando
a
participação
da
comunidade
acadêmica e
entidades
externas nas
suas
atividades

6.4- Através
do
desenvolvime
nto de
parcerias
locais e
regionais

7. No teu entender, quais os fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável no IPBeja? (Selecione apenas 3 opções que considere mais importantes). *

- 7.1- Disponer de recursos e financiamento suficientes
- 7.2- Reconhecimento da excelência e qualidade da instituição
- 7.3- Internacionalização (de estudantes, investimentos, parcerias, integração em redes, etc.)
- 7.4- Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D)
- 7.5- Planeamento estratégico de longo prazo
- 7.6- Motivação dos recursos humanos
- 7.7- Ensino sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos vários graus de ensino (licenciaturas, mestrados, doutoramentos)
- 7.8- Incentivo à investigação sobre questões de desenvolvimento sustentável
- 7.9- Unidades "mais verdes", ou seja, amigos do ambiente
- 7.10- Interação com as comunidades locais e regionais
- 7.11- Envolvimento e partilha de informação com redes internacionais

8. Como é que identificas que estas temáticas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável estão presentes no Instituto/ Curso/ Atividades da Escola? (Para responder a esta questão utiliza a escala de 1 a 5, em que 1 é Discordo Totalmente e 5 é Concordo Totalmente).

*

1- Discordo Totalmente 2- Discordo 3- Indiferente 4- Concordo 5- Concordo Totalmente 6- Não sei/NR

8.1- O IPBeja desenvolve várias atividades sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável

8.2- A minha escola é muito ativa com os projetos que envolvem os alunos em atividades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

8.3- No meu curso são várias as Unidades Curriculares que trabalham a EDS.

8.4- No meu curso são poucas/ não há Unidades Curriculares que trabalha a EDS.

8.5- É só no Programa Eco-Escolas (PEE) que tenho conhecimento da EDS.

Anterior

Seguinte

Parte III- Programa Eco-Escolas

9. Já participaste no Programa Eco-Escolas? *

Sim

Não

10. Se respondeste sim na questão anterior, em que áreas?

*

Introduza a sua resposta

11. Em que Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) consideras que o PEE está associado? (Seleciona a opção que consideras adequada).

*

1. Erradicar a Pobreza;

2. Erradicar a Fome;

3. Saúde de Qualidade;

4. Educação de Qualidade;

5. Igualdade de Género;

6. Água Potável e Saneamento;

7. Energias Renováveis e Acessíveis;

8. Trabalho Digno e Crescimento Económico;

9. Indústria, Inovação e Infraestruturas;

10. Reduzir as Desigualdades;

11. Cidades e Comunidades Sustentáveis;

12. Produção e Consumo Sustentáveis;

13. Ação Climática;

14. Proteger a Vida Marinha;

15. Proteger a Vida Terrestre;

16. Paz, Injustiça e Instituições Eficazes;

17. Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

12. No Projeto que colaboraste estava associado a que Objetivo? (Seleciona a opção que consideras adequada).

*

- 1. Erradicar a Pobreza;
- 2. Erradicar a Fome;
- 3. Saúde de Qualidade;
- 4. Educação de Qualidade;
- 5. Igualdade de Género;
- 6. Água Potável e Saneamento;
- 7. Energias Renováveis e Acessíveis;
- 8. Trabalho Digno e Crescimento Económico;
- 9. Indústria, Inovação e Infraestruturas;
- 10. Reduzir as Desigualdades;
- 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- 12. Produção e Consumo Sustentáveis;
- 13. Ação Climática;
- 14. Proteger a Vida Marinha;
- 15. Proteger a Vida Terrestre;
- 16. Paz, Injustiça e Instituições Eficazes;
- 17. Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

13. Indique 3 motivos pelos quais aderiu ao PEE.

*

Selecione, no máximo, 3 opções.

- 13.1- Acredito que a escola beneficia com uma abordagem mais eficaz de gestão dos recursos (exemplo: resíduos; energia e água);
- 13.2- Tenho um interesse especial em promover um desenvolvimento sustentável e educação ambiental
- 13.3- Faz parte da política da escola promover um desenvolvimento sustentável e educação ambiental
- 13.4- O Programa Eco-Escolas é um bom instrumento para o desenvolvimento de uma educação para a cidadania na escola
- 13.5- Motivos pessoais
- 13.6- Preocupo-me pelas questões do planeta
- 13.7- É uma área do curso
- 13.8- Para complementar o currículo

14. Consideras que o Projeto que participaste contribuiu para os ODS?

*

- Totalmente
- Em parte
- Não cumpriu

Anterior

Seguinte

Parte IV- Competências que adquiriram com a participação no Programa Eco-Escolas

15. Tendo por base as atividades em que participaste, no âmbito do Programa Eco-Escolas, indica as três que consideras terem sido mais importantes.

*

Selecione, no máximo, 3 opções.

15.1- Nunca participei em atividades no âmbito do Programa Eco-Escolas

15.2- Vistas de estudo e/ou saídas de campo

15.3- Atividades práticas

15.4- Seminários

15.5- Ações de formação

15.6- Exposições

15.7- Workshops

15.7- Workshops

15.8-Campanhas de informação e/ou sensibilização

15.9- Monitorização ambiental

15.10- Debates

16. Relativamente à educação ambiental identifica se na tua escola há envolvimento da comunidade educativa. (Para responder a esta questão utiliza a escala de 1 a 5, em que 1 é Discordo Totalmente e 5 é Concordo Totalmente).

*

1- Discordo
Totalmente

2- Discordo

3-
Indiferente

4-
Concordo

5-
Concordo
Totalmente

6- Não
sei/NR

16.1- As
pessoas
procuram
informações
sobre os
projetos em
que a escola
está
envolvida.

16.2- As pessoas conhecem os projetos em que a escola está envolvida.

16.3- As atividades são planeadas para um grupo restrito de alunos/professores.

16.4- As atividades são planeadas para a comunidade académica.

16.5- As pessoas procuram continuamente manter os projetos vivos.

17. Numa escala de 1 (Mínimo) a 5 (Máximo) indica o teu nível de satisfação relativamente à implementação do Programa Eco-Escolas.

*

1

2

3

4

5

18. Indica um caso de boas práticas de Projetos Eco-Escolas.

*

Introduza a sua resposta

Anterior

Submeter

Apêndice VI- Grelha de análise de conteúdo das entrevistas realizadas

Categoria	Subcategoria	Unidades de registo
Educação para o desenvolvimento sustentável	<p>Conceito de Educação para o Desenvolvimento sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Criar uma equipa que coordena o eco escolas para promover e desenvolver atividades de forma a dar a conhecer esta iniciativa de forma a parar e reagir perante esta situação” EA • “(...) para sensibilizar sobre os desperdícios” EB • “É termos consciência que as nossas ações têm reflexos no planeta terra, as pessoas pensam qual é o mal de ter a torneira aberta ou a luz acesa (...) através da educação todas as nossas ações têm reflexos positivos ou negativos no planeta terra/ sustentabilidade, devemos mudar as nossas atitudes.” EC • “Visa promover o desenvolvimento sustentável na comunidade escolar, deve haver uma sensibilização ambiental, implementação de práticas sustentáveis, desenvolver atividades e projetos que tentem integrar os alunos nos ODS. A EDS deve consciencializar e chamar a atenção das pessoas para o DS para os ODS que são definidos na agenda 20/30, como a água potável; uma educação de qualidade; poupança de energia; comunidades mais sustentáveis; produção e consumo mais sustentável; gestão; erradicar a pobreza. Os ODS não estão só na área ambiental, mas também nas questões sócio económicas e financeiras. O PEE está ligado com todas as áreas.” ED • “Tem que começar por uma sensibilização em várias áreas relacionadas com o desenvolvimento sustentável e uma integração dos currículos, só dessa forma é que conseguem integrar os jovens e sensibilizá-los para a EDS, na ESTIG esta integração é mais difícil.” EE • “Tem a ver com o futuro das próximas gerações futuras e do nosso atual, para que a pegada ecológica não seja tão agressiva, em função de preservar as gerações futuras (...) o DS pressupõe que tenhamos que utilizar os recursos de forma sustentável, cada vez mais com a utilização desmedida dos recursos não estamos a contribuir para o DS, mas sim para que ele termine, havendo uma degradação do meio ambiente.” EF • “sensibilizar os estudantes para que tenham atitudes sustentáveis em relação aos gastos (...) temos que nos preocupar com o futuro” EG
	<p>Dimensões de operacionalização no IPBeja.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) Espaços exteriores, na alimentação saudável e reciclagem, com pontos de água potável, atividades em contacto com pessoas exteriores ao IPBeja para incentivar e mostrar o que o programa Eco-Escolas tem feito para melhorar a escola e não só.” EA e EB • “Mobilização dos alunos” EC • “Social, através da integração dos docentes, envolvimento das pessoas da comunidade, EMAS, EDIA, Câmara, Junta de Freguesia, Liga portuguesa da natureza, criar uma comunidade relacionada com estes assuntos.” ED

		<ul style="list-style-type: none"> • “Planeta, água, poupança de água principalmente nas residências, e assim conseguiam ter uma consciencialização do gasto de água. Alertá-los para a escassez de água”. EE • “Manter a biodiversidade, as questões da alimentação, há cantinas e bar e a reciclagem.” EF • “Todas são importantes, social, económico e ambiental.” EG
	<p>Temáticas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Instituto/ Curso/ Atividades da Escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Neste tipo de projetos se não houver ajuda não só pelas pessoas envolvidas no projeto, mas sim também diretores da escola, professores e alunos, ainda há muito trabalho a fazer para sensibilizar as pessoas para se começar a notar mais iniciativas (...) tem de haver o trabalho de um todo e não só das pessoas envolvidas diretamente com o projeto” EA e EB • “já há cada vez mais professores e alunos interessados e a ajudarem para a sensibilização” EA e EB • “Nas atividades do IPBeja não está muito presente, acho que o Politécnico deveria ter um gabinete só para a sustentabilidade, nos cursos, há cursos mais propícios nomeadamente a ESE e da Agrária, há unidades que é difícil trabalhar o DS, por exemplo o inglês pode trabalhar, através da leitura de artigos (...) Na disciplina de resíduos abordo os objetivos do ODS.” EC • “Na agrária há muitas matérias relacionadas com o desenvolvimento ambiental, na ESTIG há matérias relacionadas a outros ODS, como ambientais; produção e consumo sustentáveis; educação de qualidade (...) disciplinas relacionam com igualdade de género, trabalho e crescimento económico, cada escola terá os seus ODS.” ED • “Na ESTIG, consumo e produção sustentável, pontualmente em algumas cadeiras, algumas atividades, há mobilidade através de bicicletas, disciplinas mais relacionadas com turismo, e gestão de empresas, pontual. A educação com qualidade envolve a sustentabilidade. No PEE tem como alvo o Eco-Campus nas IES.” EE • “Tem se vindo a trabalhar cada vez mais para sermos o Eco-Campus, mas ainda há muito trabalho por fazer.” EF • “O politécnico falha em todos os campos, porque não temos nenhum apoio.” EG
	<p>Relação entre o Programa Eco-Escolas do IPBeja e a EDS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “temos uma relação com as escolas transformadoras, está muito ligado do Eco-Escolas temos também articulado atividades; campus saudável, temos dinamizado atividades nesse âmbito”. EA e EB • “Podia ser melhor, o PEE não tem apoio, financiamento, a relação poderia ser melhor.” EC • “Varia de escola para escola, conforme os ODS definidos” ED • “Há uma forte relação, apesar de não haver horário nos currículos é preciso ser obrigatório para o cumprimento dos ODS. Cada professor tem de ver na sua cadeira o que vai abordar sobre a sustentabilidade, e como não há essa obrigatoriedade, por vezes não abordam.” EE • “o PEE se estiver a funcionar em pleno, ele dá respostas ao ODS” EF • “a relação deveria ser grande.” EG

	<p>Estratégias utilizadas para minimizar os efeitos da Pandemia na implementação do Programa Eco-Escolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Fizeram muitos webinars para sensibilizar a distância durante uma fase mais difícil, também ajudou bastante porque durante aquele período com as notícias da pegada ecológica ter diminuído e notaram-se grandes alterações acabou por mostrar e fazer com que mais pessoas ficassem interessadas no projeto.” EA e EB • Não responde EC, ED e EE • “as estratégias era desenvolver o que já tinha começado, depois quando as aulas começaram tentaram minimizar o impacto (ex: arejar as salas)” EF • “fizemos online, o dia Eco-Escolas foi via ZOOM, palestras sobre a água, biodiversidade.” EG
	<p>Projeto de boas práticas do Programa Eco-Escolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “fizeram uma atividade em parceria com a Câmara de beja inserida no interrail do conhecimento, com crianças passaram um jogo com super-heróis em que cada um tinha um superpoder associado com programa ecológico, sobre alimentação saudável e reciclagem, os professores concluíram que a atividade correu bastante bem todos aderiram com muita facilidade e inclusive repetir a mesma.” EA e EB • “Na agrária existe um local para equipamentos eletrónicos.” EC • “Aplicação relacionada com resíduos/ Atividades geo catching” ED • “Poupar água (papel na porta para a poupança de água e energia) reutilização de frascos/embalagens para o sabonete é uma prática do PEE.” EE • “a reciclagem e a biodiversidade” EF • “disciplina de embalagens, onde apelo à sensibilização do consumo de plástico (...) e temos dispensadores de água.” EG
<p>Participação-Envolvimento</p>	<p>Como são envolvidos os alunos no processo de implementação de um projeto de educação ambiental no âmbito do Programa Eco-Escolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Logo no início do ano letivo tentamos delinear os objetivos nos eixos e integrar nas atividades curriculares, outra forma é nas reuniões de início de semestre com a direção da escola e com os professores para apresentar aquilo que é o projeto e sensibilizar para esta problemática de forma mais prática ou mais teórica nas suas unidades curriculares para ajudarem nem que seja um pouco sem afetar o seu plano curricular.” EA e EB • “Este ano falhou, foi divulgado o programa pelos coordenadores de curso, mas a divulgação falhou, os professores da agrária desenvolveram atividades que estavam em plataforma.” EC • “Apelar aos professores que integrem algumas destas atividades nas unidades curriculares.” ED • “Cada professor de cada escola, integra os alunos. Os alunos desinteressam-se muito, porque alguns acham que o PEE está ainda dirigido só até alunos do secundário e desmotivam.” EE • “na escola os alunos de enfermagem e de terapia estão muito tempo fora, o que por vezes é difícil estarem presentes, mas quando estão há um representante um em cada turma no conselho Eco-Escolas para fazer atividades, contribuir (...)” EF • “é muito difícil envolver os alunos.” EG

	Perceber o conhecimento da Metodologia dos 7 passos	<ul style="list-style-type: none"> Os entrevistados EA, EB, EC, ED, EE, EF, EG têm todos conhecimento da metodologia dos 7 passos.
	Como foi executado o conselho Eco-Escolas	<ul style="list-style-type: none"> “foi assegurado, desde 2016 que existe uma equipa sólida de alunos, professores e funcionários, também tem crescido uma rede externa de empresas que também tem vindo ajudar neste projeto.” EA e EB “Foi bem executado, o conselho não é por escola, mas pelo politécnico e trabalham em equipa.” EC “quando entrei já estava formado.” ED “Todas as escolas participam, e são contactados os parceiros: Câmara, EDIA, EMAS, junta de Freguesia. Comunidade do Politécnico e comunidade exterior, há poucos contributos.” EE “coordenadores do projeto que contactaram alunos e os parceiros.” EF “correu bem, vieram os parceiros.” EG
	Auditoria ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> “A auditoria ambiental é autorizada e lançada por cada equipa coordenadora que é feita através de inquéritos aos alunos, professores para recolha de dados.” EA e EB “Sim” EC, ED,EE,EF,EG
	Quem participa e elabora o Plano de Ação.	<ul style="list-style-type: none"> “equipa coordenadora” EA e EB “Professoras da agrária, onde perguntaram aos colegas da agrária quem tinha atividades para colocar no plano de ação.” EC “coordenadores, e ouvimos ideias dos docentes funcionários e alunos.” ED “Pedimos a todos os elementos da escola, mas há poucos contributos.” EE “Professoras da saúde.” EF “Professoras da agrária e solicitamos aos colegas se tem contributos.” EG
	Avaliação e monitorização do Projeto.	<ul style="list-style-type: none"> “Através de faturas de água e luz para conseguir comparar os gastos, conseguiram após a pandemia analisar que conseguiram baixar os consumos, também implementaram lâmpadas led em cerca de 90% da escola.” “Há cartazes pela escola para sensibilizar para os gastos de água, fechar a torneira, serviço de manutenção para garantir que as torneiras funcionam bem, também conseguiram analisar as quantidades de reciclagens papel, cartão e plástico, o papel depois é entregue ao banco alimentar.” EA e EB “É feito de forma informal, no fim é feito um relatório onde fazem a monitorização, onde vão monitorizar o que foi feito ao longo do ano.” EC “vemos o plano se já realizaram as ações.” ED “Observação direta, tirar fotos, registos e fazer relatórios sobre o que estava e que foi atingido.” EE “observação direta e quando é preciso aplicamos questionários.” EF

	<p>Integração destas ações nos currículos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “observação, vimos o plano e o que é preciso realizar.” EG • “projetos para que os alunos participassem, poderá demorar algum tempo, mas com tempo e mais pessoas envolvidas acreditam que seja mais fácil atingir mais pessoas e fazer a diferença.” EA e EB • “e o politécnico olhar para este projeto como uma mais-valia, trabalho de voluntariado dos professores e alunos.” EA e EB • “Atividades do programa e tentar desenvolver em sala de aula, não está escrito nos currículos, são atividades extra currículo, mas são em sala de aula.” EC • “tentamos integrar, através dos trabalhos que são desenvolvidos com os alunos, o DS está relacionado com os 5P.” ED • “Algumas disciplinas tem sido o sucesso (Informática, contabilizar os resíduos), reutilização das coisas, projetos de gestão de empresa, compra de materiais sustentáveis (sensibilização do professor).” EE • “na área da enfermagem e terapias há unidades curriculares onde os alunos produzem ajudas para os utentes utilizarem feitos a partir de materiais recicláveis.” EF • “nada oficialmente, mas há colegas que participam em atividades.” EG
	<p>Promoção e informação e envolvimento da escola e comunidade local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “existe um placar relativo a informações sobre o projeto eco escolas, também existe o Facebook para informações em que a ESTIG e Agrária gerem o conteúdo e as publicações do eco campos do politécnico.” EA e EB • “reuniões com os parceiros (1 este ano) (fazem parte do conselho), dia Eco-Escolas, atividades com a colaboração dos parceiros- EMAS, Câmara, também foi feita a caminhada.” EC • “Cartazes, panfletos, fixação de alertas nas casas de banho (água e energia), bandeira verde na sala de alunos, bandeiras de outros anos, através do mail- coordenadores de curso, funcionários, atividades desenvolvidas são publicadas no gabinete de imagem e comunicação.” ED • “Comunidade local- projetos comuns (poupança de água) porque são esses que aderem e divulgam e a utilização do marketing em empresas sustentáveis” EE • “temos os parceiros, com quem comunicamos, temos uma rede de contacto onde há colaboração empenho e partilha.” EF • “publicamos na página do Facebook, IPBeja, cartazes, e-mail.” EG
	<p>Participação dos alunos, professores e funcionários na conceção do Eco-Código?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “participação razoável, poderia ser melhor, existe um grupo restrito que elabora o eco código, e um grupo que elabora o cartaz.” EA e EB • “Pequena” EC

		<ul style="list-style-type: none"> • “Recolhem-se ideias chave e depois outras pessoas reúnem-se e metem lá essas frases.” ED • “Pedimos algumas frases/exemplos de posters que depois são selecionadas.” EE • “os funcionários são pouco envolvidos, talvez por falha nossa, os alunos tentamos que participem para tirarem fotografias” EF • “péssima, os alunos ainda participam, mas os funcionários e os docentes não participam.” EG
	<p>2 efeitos mais relevantes do Programa Eco-Escolas no IPBeja.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “esta sensibilização já se vê na preocupação em separação de resíduos, as luzes também é uma preocupação principalmente nesta altura que a luz solar é suficiente e não existe necessidade da luz elétrica, também colocação de cinzeiros para evitar mais beatas no chão e os alunos acabam por utilizar mais os espaços exteriores da ESE, também já se nota por parte dos alunos uma preocupação em manter a escola limpa e trazem questões para a aula sobre preocupações ambientais.” EA e EB • “Sensibilização da comunidade para as questões que o Eco-Escolas trabalha, e as questões do ambiente, água, biodiversidade (...) e o trabalho em equipa.” EC • “Alertar as pessoas para a problemática sobre estes assuntos” ED • “Poupança de água e energia em casa e na escola- ESTIG. Sensibilização para o futuro. A EMAS no dia da caminhada deu garrafas de água; na ESTIG os alunos podem encher a sua garrafa de água (Parceria com a EMAS).” EE • “Reciclagem e terem cuidado com o desperdício alimentar e com as questões da energia.” EF • “sensibilização para a separação dos lixos, das beatas, da água.” EG
	<p>Três aspetos positivos e três aspetos negativos do Programa Eco-Escolas.</p>	<p>Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • “esta sensibilização e participação dos alunos, e o trabalho colaborativo.” EA e EB • “Permite Trabalhar sobre as temáticas do ambiente, de forma integrada nos currículos e em grupo.” EC • “Sensibilização ambiental • Envolvimento da comunidade • Certificação e reconhecimento” ED • “Educação ambiental para a sustentabilidade • Implementação de práticas na escola que sensibilizam os alunos que ficam para o futuro • Educação ambiental integrada nas várias disciplinas através da sensibilização dos docentes.” EE • “Permitir que a pegada diminua • Terem em atenção ao desperdício alimentar

		<ul style="list-style-type: none"> • Reciclagem • Biodiversidade.” EF • “sensibilização dos alunos para os problemas ambientais • Colaboração entre escolas • Obrigatoriedade de fazer alterações nos consumos de água, energia, tratar do jardim.” EG <p>Negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> • “falta de abrangência por parte dos docentes, também culpa nossa, tem de se divulgar mais e melhor para conseguir abranger mais.” EA e EB • “Dificuldade da adesão da comunidade do IPBeja (alunos) • Atividades do programa não estão muito direcionadas para as IES, melhorou ao longo dos anos primárias.” EC • “Implementação do PEE • Ser um desafio integrar as pessoas.” ED • “Pouca divulgação, junto dos alunos e docentes; • Formas de sensibilização (já sabem e não mudam de atitude); • Gastos de água e energia (água é pior).” EE • “Manutenção • Gasto de água e energia.” EF • “Não haver nenhuma estratégia no politécnico, são ações pontuais, não há obrigatoriedade.” EG
	Proposta de melhoria	<ul style="list-style-type: none"> • “o politécnico ter mais atenção a este projeto e dar mais importância a este projeto, também não existe quase informação no site do IPBeja,” EA e EB • “Haver mais atividades do próprio programa mais direcionadas para o ensino superior.” EC • “Motivação das pessoas mais estratégias para integrar as pessoas no projeto.” ED • “Divulgação/ sensibilização- ações de formação/seminários com pessoas de fora.” EE • “os professores terem mais disponibilidade para trabalhar no programa, e haver um programa por exemplo para a manutenção” EF • “haver mais disponibilidade para trabalhar no programa.” EG